

# OS 10 ANOS DO PROGRAMA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS - PIN DA UFFS: **ITINERÁRIOS PERCORRIDOS**

## **ORGANIZADORES:**

Lucélia Peron

Rosenei Cella

Diego Palmeira Rodrigues

# OS 10 ANOS DO PROGRAMA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS - PIN DA UFFS: **ITINERÁRIOS PERCORRIDOS**

## **ORGANIZADORES:**

Lucélia Peron

Rosenei Cella

Diego Palmeira Rodrigues



Revisão dos textos  
Preparação e revisão final  
Projeto gráfico e capa  
Diagramação

Autores  
Organizadores  
Gráfica Editora Formulários Contínuos  
e Etiquetas F&F Ltda  
Paolo Marlorgio Studio

Este livro pode ser citado com a seguinte referência: PERON, Lucélia; CELLA, Rosenei; RODRIGUES, Diego Palmeira (org.). Os 10 anos do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas - PIN da UFFS: itinerários percorridos. Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2023.

DOI: 10.5281/zenodo.8092042

D532 Os 10 anos do programa de acesso e permanência dos povos indígenas - PIN da UFFS: itinerários percorridos / organizadores: Lucélia Peron, Rosenei Cella, Diego Palmeira Rodrigues. – Chapecó : Universidade Federal da Fronteira Sul, PIN - Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas, [2023].

ISBN: 978-65-5019-061-3 (PDF).

Recurso eletrônico.

Inclui bibliografia.

1. Indígenas. 2. Estudantes indígenas. 3. Educação.  
4. Universidades e faculdades - Ingresso. I. Peron, Lucélia, (org.).  
II. Cella, Rosenei, (org.). III. Rodrigues, Diego Palmeira, (org.).  
IV. Título.

CDD: 342.0872

Ficha catalográfica elaborada pela  
Divisão de Bibliotecas – UFFS  
Vanusa Maciel  
CRB - 14/1478

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>OS AUTORES(AS)</b>	<b>7</b>
<b>SEÇÃO I - UMA HISTÓRIA...</b>	<b>10</b>
CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS - PIN NA UFFS Lucélia Peron, Rosenei Cella, Cristiano Augusto Durat, Adiles Savoldi e Diego Palmeira Rodrigues	11
<b>SEÇÃO II - DAS AÇÕES DE ACOLHIMENTO E ACOMPANHAMENTO</b>	<b>26</b>
AÇÃO AFIRMATIVA DE PERMANÊNCIA NA UFFS: A CONQUISTA DO AUXÍLIO PIN Larissa Brand Back, Dulce do Carmo Franceschini e Lucélia Peron	27
INGRESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE: AÇÕES AFIRMATIVAS ACADÊMICAS DO <i>CAMPUS</i> CHAPECÓ Dulce do Carmo Franceschini	33
O APOIO PEDAGÓGICO COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO PARA ESTUDANTES INDÍGENAS DA UFFS - <i>CAMPUS ERECHIM</i> Marta Luiza Sfredo	40
MONITORIA PIN: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO NA UFFS - <i>CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL</i> Cristiano Augusto Durat, Fabio Pontarolo e Marciane M. Mendes	52
ANÁLISE DO PROCESSO SELETIVO DOS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS Maria Alice Canzi Ames	59
OS ESTUDANTES INDÍGENAS E OS DESAFIOS DA VIDA UNIVERSITÁRIA: ENTRE O SONHO E A REALIDADE NA UFFS - <i>CAMPUS REALEZA</i> Andréia Florêncio Eduardo de Deus	63
<b>SEÇÃO III - COM A PALAVRA AS/OS ESTUDANTES INDÍGENAS</b>	<b>70</b>
O INGRESSO NA UFFS Marcivaldo Cardoso Lopes	71
FILOSOFIA – 2015 – <i>CAMPUS ERECHIM</i> LUCAS KARIRI – ETNIA XUKURU KARIRI	73

INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA NATUREZA – LICENCIATURA - 2015	75
MARCOS TIGGO MALAQUIAS – ETNIA KAINGANG	
DA EDUCAÇÃO INFANTIL À CONQUISTA DE UM MESTRADO	76
Viviane Kellen Vygte Barão	
MINHA TRAJETÓRIA ACADÊMICA	79
Joice Batista	
EXPERIÊNCIAS NA UFFS - CAMPUS CHAPECÓ	80
Indiamara Paliano	
MINHA EXPERIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	81
Jandir Francisco	
O ENSINO SUPERIOR: CAMINHO PARA A TRANSFORMAÇÃO DA MINHA VIDA	83
Angelita Claudino	
MEU INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR	85
Jackson Menezes de Araújo	
MESMO QUE O CAMINHO SEJA DOLOROSO, TEMOS QUE PERCORRÊ-LO	86
Samira Cabral	

# APRESENTAÇÃO

A ideia de produzir esta obra foi uma decisão dos membros das Comissões Geral e Locais do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas - PIN, com o apoio da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, para celebrar os 10 anos da aprovação do Programa. Também é uma contribuição para a construção da memória institucional dos compromissos firmados pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS com os povos indígenas. A intenção é divulgar as ações realizadas pela UFFS para garantir o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico dos indígenas em seus cursos de graduação e pós-graduação, além de aprofundar as reflexões sobre esta temática, que é recente nas discussões da educação superior.

O ingresso em um curso de graduação é um desejo dos jovens indígenas, que buscam melhorar as condições de vida, cidadania e dignidade social própria e da sua comunidade. Além disso, essa presença provoca mudanças no cotidiano da universidade, que precisa se abrir para novos sujeitos, culturas, conhecimentos, relacionamentos, tempos e ritmos diferentes.

Os textos reunidos neste livro são produções de profissionais que vêm atuando de forma direta na consolidação do Programa e de estudantes indígenas. A partir de vários olhares, registra-se as diversas faces dessa experiência e os esforços individuais e coletivos que estão sendo empenhados para garantir o êxito da presença indígena na UFFS.

Na primeira seção do livro está um relatório que aborda o contexto de criação do PIN, o desenvolvimento do programa e os resultados alcançados até o momento. Na sequência, diversos autores abordam os desafios da consolidação dessa política no cotidiano da universidade, contemplando as ações de acolhimento e acompanhamento. Para finalizar, estão incluídas as vozes das(os) estudantes indígenas, materializadas em alguns escritos que registram os momentos significativos da vivência na universidade.

Com a criação e consolidação do PIN, acreditamos que estamos contribuindo com uma mudança significativa na educação da região de abrangência da UFFS e na vida de indígenas de todo o país.

Boa leitura a todos!

Os organizadores

## OS AUTORES(AS)

### **Adiles Savoldi**

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Chapecó, e membro da Comissão Local do PIN.

### **Andréia Florêncio Eduardo de Deus**

Doutora em Educação em Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Pedagoga na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *Campus* Realeza. Membro da Comissão Geral e Local do PIN.

### **Angelita Claudino**

Estudante do curso de Nutrição da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Realeza.

### **Cristiano Augusto Durat**

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Laranjeiras do Sul, e membro da Comissão Geral e Local do PIN.

### **Diego Palmeira Rodrigues**

Doutor em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC. Técnico em Assuntos Educacionais na Diretoria de Políticas de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Membro da Comissão Geral do PIN.

### **Dulce do Carmo Franceschini**

Doutora em Linguística Descritiva - Línguas Indígenas, pela Universidade de Paris VII - Denis Diderot - França. Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Chapecó/SC. Coordenadora da Comissão Local do PIN e membro da Comissão Geral do PIN.

### **Fabio Pontarolo**

Doutor em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Laranjeiras do Sul, e membro da Comissão Local do PIN.

### **Indiamara Paliano**

Estudante do curso de Letras: Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Chapecó (UFFS).

### **Jackson Menezes de Araújo**

Estudante do curso de medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Passo Fundo.

### **Jandir Francisco**

Estudante do curso de Letras: Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Chapecó.

### **Joice Batista**

Estudante do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Chapecó.

### **Larissa Brand Back**

Mestra Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Assistente Social na UFFS, *Campus* Chapecó-SC. Membro da Comissão Local e Geral do PIN.

### **Lucas Kariri**

Estudante do curso de Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Erechim.

### **Lucélia Peron**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Técnica em Assuntos Educacionais na Diretoria de Políticas de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Membro da Comissão Geral do PIN.

### **Marciane Maria Mendes**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professora na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Laranjeiras do Sul, e membro da Comissão Local do PIN.

### **Marcivaldo Cardoso Lopes**

Estudante do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Cerro Largo. Monitor remunerado do projeto de monitorias por público-alvo.

### **Maria Alice Canzi Ames**

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Cerro Largo/RS. Membro da Comissão Local do PIN.

### **Marcos Tiggo Malaquias**

Estudante do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Erechim.



### **Marta Luiza Sfredo**

Pós-doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Pedagoga na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Campus Erechim. Membro da Comissão Geral e Local do PIN.

### **Rosenei Cella**

Doutora em Educação pela Universidade de Passo Fundo - UPF. Servidora Técnica na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, atualmente ocupando o cargo de Diretora de Políticas de Graduação. Membro da Comissão Geral do PIN.

### **Samira Cabral**

Estudante do curso de medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Passo Fundo.

### **Viviane Kellen Vygte Barão**

Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Laranjeiras do Sul.



**SEÇÃO I**  
**UMA HISTÓRIA...**

# CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS - PIN NA UFFS

Lucélia Peron  
Rosenei Cella  
Cristiano Augusto Durat  
Adiles Savoldi  
Diego Palmeira Rodrigues

Nos últimos anos, as lutas indígenas pela garantia de seus direitos, como o da educação, em todos os níveis de ensino, se fortaleceram. Com isso, o acesso à educação superior para os indígenas ganha ênfase a partir de políticas e programas específicos voltados ao acesso e à permanência dessa população nos bancos escolares e universidades.

Com a garantia legal do acesso à educação como um direito social de todas as pessoas, temos novos sujeitos disputando a universidade e pressionando as instituições para que assumam a responsabilidade de desenvolver ações para garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico. A universidade também passa a ser percebida como um espaço estratégico para o fortalecimento das populações indígenas.

Para garantir a presença de jovens indígenas no espaço universitário, a UFFS construiu o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas – PIN. Nesse sentido, apostou no diálogo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com o Ministério Público da União (MPU) e com as lideranças e os professores das comunidades indígenas da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, e seu entorno, de modo a atender às suas reivindicações. Em 2012 foi instituída uma comissão com representantes dos cinco *campi* da instituição e das Diretorias de Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação, Organização Pedagógica e Políticas de Graduação, que tinha como responsabilidade elaborar a política de inclusão indígena da UFFS. A intenção era que essa iniciativa pudesse contemplar ações que garantissem o acesso, a permanência e o envolvimento dos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Para dar conta do trabalho, inicialmente, a comissão buscou conhecer as experiências de universidades da região Sul que tinham alguma política diferenciada para a inclusão de indígenas nos cursos de graduação e/ou pós-graduação. Para atingir esse objetivo, a comissão organizou o “I Encontro sobre Diversidade na UFFS: Políticas de Inclusão Indígena”, que contou com a presença da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR), que já possuíam uma trajetória na implementação de ações de acesso e de permanência de indígenas em seus cursos de graduação.

Na sequência, em cada um dos cinco *campi* foram organizadas reuniões com as lideranças e professores indígenas para poder ouvir as suas demandas. No estado do Paraná o debate ocorreu no *Campus* Laranjeiras do Sul, em parceria com o *Campus* Realeza. Na ocasião, participaram representantes das Terras Indígenas (TI) de Rio das Cobras (Nova Laranjeiras) e Boa Vista (Laranjeiras do Sul). No estado de Santa Catarina, o encontro ocorreu na cidade de Chapecó, e teve a participação de membros da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, e das TIs

Condá, Toldo Chimbanguê, Toldo Pinhal e Xaçecó. No estado do Rio Grande do Sul ocorreram dois encontros. O primeiro deles, no *Campus* Erechim, com representantes do Acampamento Indígena Água Santa, Toldo Guarani, Mato Preto, TI Nonoai e Votouro. E o segundo, no *Campus* Cerro Largo, com a participação da TI Inhacorá, Guarita e da comunidade Alvorecer. Destaca-se que, nessas discussões, todos os encontros contaram com a participação bastante ativa de membros das etnias Kaingang e Guarani (RELATÓRIO, 2013).

Em 2012, a comissão responsável pela elaboração da política de inclusão indígena da UFFS, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Estado, Ministério Público Federal, Prefeitura Municipal de Chapecó, Funai, Unochapecó, Unoesc, Udesc e Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR, organizou o I Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas – CONSUDI, que tinha o objetivo de debater com a população indígena, a sociedade civil e órgãos públicos, a instituição de políticas públicas que garantam os direitos sociais dos indígenas. A partir do evento, a UFFS se aproximou ainda mais das comunidades indígenas e fortaleceu as parcerias com instituições e órgãos públicos que se envolvem com a temática indígena. É imperativo esclarecer que em todos os momentos da construção da minuta dessa política contou com a participação das comunidades indígenas, por meio de seus caciques, lideranças, professores indígenas, colocando-os como protagonistas na elaboração do PIN, respeitando sempre o princípio da consulta e envolvimento desses sujeitos em projetos e ações de seu interesse, de acordo com a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989).

A finalização desse processo resultou na elaboração de uma minuta, que foi apreciada e aprovada pelo Conselho Universitário - CONSUNI, em 12/12/2013, e publicada por meio da Resolução Nº 33/CONSUNI/UFFS/2013, que instituiu o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas – PIN da UFFS.

De acordo com a referida Resolução, o PIN é destinado aos povos indígenas e busca promover os valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ensino, pesquisa, extensão e permanência na Universidade (Art. 2º). O Programa define ações voltadas ao ingresso e a permanência dos estudantes indígenas nos cursos de graduação e pós-graduação e institucionaliza a formação de comissões no âmbito local e institucional, responsáveis pela sua implantação e acompanhamento e para a qualificação do programa nos seus *campi* e da Instituição. Também ficou estabelecido que o PIN seria vinculado à Diretoria de Políticas de Graduação - DPGRAD (Art. 4º), devendo ser avaliado a cada 02 (dois) anos subsequentes.

Em relação ao ingresso nos cursos de graduação, a Resolução Nº 33/CONSUNI/UFFS/2013, em seu artigo 5º, prevê 3 modalidades diferentes: I - via Enem/SiSU, processo no qual são ofertadas vagas nos grupos que se autodeclararam como PPI (pretos, pardos e indígenas) e no grupo A2, em que é feita a reserva de uma vaga por curso para estudantes indígenas; II - mediante Processo Seletivo Exclusivo Indígena, no qual são ofertadas 2 vagas suplementares por curso, exceto aqueles que a universidade não tem autonomia para ofertar vagas suplementares e III - mediante Processo Seletivo Especial, para atender demandas. É importante esclarecer que a definição do processo seletivo exclusivo, referido no inciso II, é motivada, especialmente, pelo fato de uma parcela significativa dos estudantes indígenas não

terem uma participação efetiva nas provas do Enem, o que limita a sua participação no processo seletivo regular. Ainda, com relação ao inciso II, considerando que a Universidade não tem autonomia para criação de vagas suplementares na área da Saúde (Cursos de Enfermagem e de Medicina), foi estabelecido na Resolução nº 08/CONSUNI-CGAE/UFFS/2016, para incluir a reserva de 01 (uma) vaga por curso em cada turma de ingresso para estudantes indígenas, categorizada como ação afirmativa da UFFS.

Para a Pós-Graduação, o PIN define a reserva de 02 (duas) vagas em cada um dos cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu* ofertados pela UFFS para candidatos autodeclarados indígenas, classificados no processo seletivo, exceto para os cursos de pós-graduação ofertados nas modalidades Minter e Dinter (Art. 8º).

No que se refere às ações voltadas para a permanência dos estudantes, a Resolução estabelece algumas orientações gerais, mediante as quais pretende fortalecer a integração e o êxito acadêmico dos estudantes indígenas (Art. 9º):

I - apoio acadêmico ofertado por meio de projetos de monitoria, tutoria e acompanhamento psico-sócio-pedagógico;

II - atenção à formação político-social-cultural para estimular uma inserção protagonista na Universidade;

III - promoção da educação das relações étnico-raciais a estudantes, docentes e técnico-administrativos nos diferentes âmbitos da vida universitária;

IV - celebração de convênios e parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

V - apoio financeiro a estudantes de graduação e de pós-graduação, com recursos oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do orçamento institucional e de outras agências de fomento, de acordo com a disponibilidade orçamentária, a ser implementado por meio de editais específicos, considerando a vulnerabilidade socioeconômica dada pela condição indígena;

VI - adoção de uma política de moradia estudantil, por meio de programas específicos que contemplem as peculiaridades culturais dos estudantes indígenas e as possibilidades orçamentárias da instituição;

VII - garantia de espaço físico de referência permanente, apropriado à orientação, acompanhamento, desenvolvimento de atividades pedagógicas e socialização dos estudantes indígenas;

VIII – disponibilização de espaço físico para desenvolver ações para garantir o apoio materno infantil por meio de projetos que integram e acolhem as crianças indígenas que acompanham os pais estudantes.

Para fins de organização, planejamento e execução do Programa, a Resolução prevê a criação de uma Comissão Geral envolvendo integrantes da gestão acadêmica (representantes das Pró-Reitorias das áreas fim e dos *campi*) e uma Comissão Local em cada *Campus*, com representantes das três categorias acadêmicas (docentes, discentes e TAEs), além de estudantes indígenas e representantes da FUNAI e/ou entidades afins. Cada comissão tem suas atribuições definidas, mas, que articuladas, garantem a execução, avaliação e fortalecimento do PIN.

## O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PIN

Com a aprovação da Resolução que instituiu o PIN, iniciaram as discussões para a implementação do programa. Como o Programa ficou vinculado à Diretoria de Políticas de Graduação - DPGRAD, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, em 27/01/2014 a PROGRAD realizou a primeira reunião para definir a constituição da Comissão Geral e das Comissões Locais, conforme previsto na Resolução Nº 33/CONSUNI/UFFS/2013, que instituiu o PIN. Participaram deste encontro representantes de todos os *campi*, e que já tinham se envolvido com a criação do programa.

Constituídas as comissões, iniciaram-se as discussões para tratar sobre uma política de permanência para os estudantes indígenas e a realização do processo seletivo exclusivo. Assim, considerando a importância da implantação do programa e o cuidado que se deve ter para que os processos aconteçam de maneira correta e a necessidade de se fazer um trabalho de divulgação com as comunidades indígenas, pensar em uma prova e uma correção diferenciada, levando em conta as características dos povos indígenas, sensibilizar os professores para receber esse público, definiu-se que seria necessário conhecer o trabalho que efetivamente é realizado em alguma universidade que já tem um programa consolidado. Definiu-se então, conhecer a experiência da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Diante disso, servidores da DPGRAD visitaram a UFPR com a intenção de conhecer a política e as ações desenvolvidas por esta instituição em relação ao ingresso e acompanhamento dos indígenas. Desse diálogo resultou a vinda da professora Ana Elisa de Castro Freitas (UFPR) para realizar uma palestra e uma reunião de trabalho na UFFS, que teve como tema “Políticas indígenas na Educação Superior” e foi aberta para participação de toda a comunidade. Na reunião de trabalho, participaram os membros das Comissões Geral e Local do PIN, coordenadores acadêmicos, e servidores de algumas pró-reitorias, pois a intenção era compreender como se efetiva, na prática, a experiência da UFPR, e conversar sobre as dúvidas que tínhamos na UFFS para iniciarmos a implantação do PIN, efetivamente. Foi um diálogo muito produtivo, onde tomamos consciência dos inúmeros desafios que teríamos pela frente.

Em 2014, ocorreu o primeiro processo seletivo exclusivo indígena para ingresso nos cursos de graduação da UFFS em 2015, e é a partir deste ano que as ações de acompanhamento efetivamente iniciam. No decorrer desses 10 anos o Programa vem se consolidando, conforme poderá ser visualizado ao longo deste item, que apresenta os dados relativos ao ingresso, à permanência e ao desempenho acadêmico, no âmbito da graduação e da pós-graduação, relativos ao período de funcionamento do Programa.

Conforme definido na Resolução Nº 33/CONSUNI/UFFS/2013, o ingresso na graduação pode ocorrer de 3 formas diferentes. Em relação ao ingresso via Enem/SiSU, anualmente são ofertadas em torno de 45 vagas. Os dados registrados na Tabela 1 indicam o número de matriculados desde o ano de 2015, quando iniciaram, efetivamente, as atividades do Programa.

Tabela 1 – Estudantes autodeclarados indígenas que ingressaram via Enem/SiSU desde 2015.

Ano de ingresso	Nº de ingressantes	Nº de matrículas ativas	Nº de desistentes	Graduados
2015	7	1	6	0
2016	1	0	1	0
2017	10	3	7	0
2018	9	4	5	0
2019	11	5	6	0
2020	20	12	8	0
2021	29	13	16	0
2022	74	68	6	0
Total	161	106	55	0

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Sistema de Gestão Acadêmica – SGA/UFFS. Dados coletados em 10/10/2022

A partir dos dados registrados na Tabela 1, observa-se a existência de um baixo número de matrículas de estudantes ingressantes via Enem/SiSU ao longo dos anos, mas visualiza-se um pequeno aumento a partir de 2017, motivado pela reserva de vagas vinculada à ação afirmativa da UFFS, definida pela Resolução nº 8/CONSUNI/CGAE/UFFS/2016, a qual estabelece a reserva de uma vaga por curso para candidatos autodeclarados indígenas, na categoria A2. Contudo, considerando o número de vagas disponibilizadas (uma por curso, mais nos grupos PPI e ampla concorrência), observa-se que o número de matrículas resultante é pouco expressivo, o que se deve, em parte, ao fato de a referida política de ingresso ainda não ser muito propagada entre os estudantes indígenas e, também, tem relação com a participação e desempenho dos estudantes indígenas no Enem e das baixas expectativas associados a este desempenho.

Percebe-se que o ano de 2022 é atípico. Nesse ano, estudantes de outros estados, além dos da região Sul, se inscreveram para concorrer às vagas na UFFS, especialmente do Amazonas. Evidencia-se que o Enem e o SiSU estão se difundindo entre os estudantes indígenas.

Nas conversas realizadas com os estudantes, eles relatam que as dificuldades com o Enem estão relacionadas: ao ensino, pois o contexto escolar indígena é diferente; a falta de conhecimento dos conteúdos das disciplinas, pois no ensino médio, durante muitos meses, não tiveram aulas em disciplinas como física e química devido à falta de professores para trabalhar nessas áreas do conhecimento, e a extensão/tamanho da prova, que a torna muito cansativa.

Com relação à permanência: é um grande desafio. Os estudantes relatam que as maiores dificuldades que precisam enfrentar para permanecer na universidade estão relacionadas: com a distância e o transporte para se deslocar da comunidade indígena até os *campi* da UFFS; o preconceito; de interagir com colegas não indígenas; de se adaptar na cidade e com a cultura local, pois alguns vêm de estados diferentes como Bahia, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Amazonas; de se comunicar com não indígenas; em conseguir acessar os auxílios socioeconômicos, pois perderam os prazos de inscrições; a falta de moradia estudantil; a saudade dos familiares - o fato de estar longe, visitar pouco os familiares, morar em um apartamento, trancado, desenvolve sentimentos de solidão, angústia, ansiedade, depressão, instabilidade emocional o que acaba afetando a saúde mental e física e, conseqüentemente, a permanência

na universidade e o desempenho acadêmico. Alguns precisam fazer uso de medicação; a linguagem acadêmica; o olhar de estranheza dos colegas e da própria universidade são fatores que precisam enfrentar.

Por outro lado, destacam que as ações que ajudam a permanecer na universidade são: as monitorias; o incentivo de alguns professores e colegas, os auxílios financeiros, o atendimento sócio-psico-pedagógico.

Em relação ao desempenho acadêmico, os estudantes ressaltam que as dificuldades estão relacionadas à defasagem com os conteúdos do ensino médio, pois como faltava professores para as disciplinas de física, química e biologia, praticamente não tiveram aulas dessas áreas de conhecimento; dificuldades inerentes aos conhecimentos dos próprios CCR's como matemática, estatística, bioquímica, biologia; o fato de não ter acesso à *internet* já que onde residem somente na escola da comunidade tem *internet*.

Enfatizam que as aulas são bem ministradas; que gostam muito das aulas práticas; de visitar/conhecer outras comunidades indígenas; de compartilhar/socializar os conhecimentos da cultura indígena com os colegas durante as aulas; de quando realizam trabalhos em grupo serem bem recebidos pelos colegas; o acompanhamento pedagógico com as pedagogas, estabelecendo uma rotina de estudos está ajudando bastante e destacam que a universidade vem sendo um espaço de grande importância para a construção de um diálogo com a sociedade não indígena e que os conhecimentos que adquirem e compartilham, contribuem para que possam entender a realidade não indígena e, a partir disso, buscar/implantar melhorias para o povo indígena.

Em relação ao processo seletivo exclusivo, ele é conduzido por uma comissão institucional, que é constituída anualmente para este fim. Os membros da comissão são servidores da UFFS (professores e TAES) das diferentes áreas do conhecimento e que, de alguma maneira, se envolvem ou têm conhecimento da temática indígena. De 2015 até 2020 a seleção ocorreu por meio de uma prova constituída por uma redação e outra objetiva, composta de questões, envolvendo as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências da Natureza. Nos anos de 2015 e 2016 os candidatos eram classificados em ordem decrescente de nota e convocados para realizar matrícula conforme disponibilidade de vagas. De 2017 até 2020, a comissão institucional responsável pelo processo seletivo, em diálogo com as comissões geral e locais do PIN, optou por estabelecer um ponto de corte equivalente ao aproveitamento mínimo de 30% (trinta por cento) nas duas provas.

Nos anos de 2021 e 2022, em função da pandemia da covid-19, todo o processo, inscrições e seleção, foi realizado de forma *on-line*. A seleção ocorreu por meio de uma carta de intenções elaborada pelo candidato e entrevista conduzida por uma banca de professores da universidade.

É importante destacar que o fato de realizarmos os últimos processos seletivos de forma totalmente *on-line*, permitiu que candidatos de outros estados pudessem participar. Até 2020, os candidatos pertenciam às comunidades indígenas localizadas na região Sul, majoritariamente das etnias Kaingang e Guarani, mas, também, Lãklano/Xockleng.

A partir desse ano, tivemos candidatos de diversas regiões e etnias. Das 147 inscrições deferidas, 109 foram de candidatos da etnia Kaingang e Guarani residentes nas comunidades indígenas (rural e urbana) dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os outros 38 candidatos pertenciam aos estados do Amazonas com 28 candidatos, Pernambuco



com 5, Roraima com 4 e Espírito Santo com 1. Os dados constantes na tabela abaixo nos dão uma ideia mais concreta do perfil dos candidatos do ano de 2021.

Tabela 2: Números e origem étnica dos candidatos de 2021

Etnia	Quantidade
Wai Wai	3
Ticuna	12
Kokama	2
Guarani	6
Baré	4
Kaingang	103
Baniwa	2
Tuyuka	1
Arapaço	1
Pankará	2
Desano	2
Tukano	3
Atikun	3
Tariano	1
Piratapuia	1
Tupiniquim	1
<b>Total</b>	<b>147</b>

Fonte: Dados analisados por Cristiano Augusto Durat por meio das inscrições feitas pelos candidatos no Google Forms, 2021

Um dado interessante dessa análise inicial dos candidatos de 2021, diz respeito a um empate entre candidatos declarados do sexo masculino e feminino, respectivamente, 74 e 73. Em relação a idade dos candidatos, identifica-se que a maior procura por uma vaga na universidade, vem de jovens recém-formados no ensino médio, conforme tabela abaixo:

Tabela 3: Idade dos candidatos, 2021.

Idade	Quantidade
0-20	48
21-25	42
26-30	29
31-35	21
36-40	5
41-45	2
<b>Total</b>	<b>147</b>

Fonte: Dados analisados por Cristiano Augusto Durat por meio das inscrições feitas pelos candidatos no Google Forms, 2021

No processo seletivo para ingresso em 2022 tivemos um aumento significativo de inscrições, com a ampliação do número de candidatos de outros estados e etnias. Essas inscrições totalizaram 246 indígenas, novamente com uma certa equidade entre pessoas declaradas do sexo masculino com 125, e feminino com 121. Em relação ao seu vínculo com os estados da federação temos o seguinte:

Tabela 4: Vínculo com os estados brasileiros

.Estados	Quantidade
Amazonas	108
Rio Grande do Sul	91
Santa Catarina	17
Paraná	16
Pernambuco	6
Mato Grosso	3
Roraima	2
Rio Grande do Norte	1
Maranhão	1
Mato Grosso do Sul	1
<b>Total</b>	<b>246</b>

Fonte: Dados analisados por Cristiano Augusto Durat por meio das inscrições feitas pelos candidatos no Google Forms, 2022

Há claramente um aumento significativo de candidatos do estado do Amazonas, superando 5 vezes mais o total de inscrições do primeiro ano do processo seletivo *on-line*, que foi na ordem de 28, em 2021. Nas entrevistas, identificamos que existe uma rede de apoio e comunicação das comunidades, associações e organizações indígenas no norte do país que foram canais de divulgação da nossa política pública. Acompanhando esse aumento de participação dos estados, apresentamos na tabela abaixo o número de etnias no processo seletivo de 2022:

Tabela 4: Número de etnias.

Etnia	Quantidade
Kaingang	115
Tikuna	49
Baré	14
Baniwa	12
Tukano	9
Guarani	7
Kokama	6
Atikum	6
Tariana	5
Kaixane	3
Xavante	3
Koripoko	3
Lăklano/Xokleng	2
Desana	2
Wai Wai	2
Potiguara	1
Terena	1
Marubo	1
Wanano	1
Guajajara	1
Piratapuia	1
Arapasso	1
Tuyuka	1
<b>Total</b>	<b>246</b>

Fonte: Dados analisados por Cristiano Augusto Durat por meio das inscrições feitas pelos candidatos no Google Forms, 2022

Mesmo que o estado do Amazonas tenha tido um número maior de inscrições, a etnia Kaingang foi o grupo majoritário. Evidentemente que esse total de 115 candidatos diz respeito às comunidades indígenas localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

É importante destacar que o fato de realizarmos os últimos processos seletivos de forma totalmente *on-line*, permitiu que candidatos de outros Estados pudessem participar, oportunizando, assim, que indígenas de diversas regiões e etnias ocupem a UFFS.

A tabela 5, que segue, mostra dados relacionados ao número de vagas ofertadas, de inscrições, aprovações, matrículas efetivadas, matrículas ativas e graduados ao longo da vigência do programa.

Tabela 5: estudantes indígenas que ingressaram pelo processo seletivo exclusivo, no período de 2015 a 2022.

Ano de ingresso	Número de candidatos inscritos	Número de vagas ofertadas	Número de candidatos aprovados	Número de candidatos matriculados	Número de estudantes com matrícula ativa	Graduados
2015	192	92	145	37	3	1
2016	294	84	204	61	3	1
2017	426	82	135	50	7	0
2018	352	82	103	47	16	1
2019	358	82	87	45	21	0
2020	260	84	72	42	18	0
2021	167	92	146	57	25	0
2022	225	94	99	46	45	0

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Sistema de Gestão Acadêmica - SGA/UFFS. Dados coletados em 18/10/2022

Os dados da Tabela 5 mostram um significativo número de inscrições para o processo seletivo ao longo do período de funcionamento do Programa, o que se deve ao trabalho realizado pelas comissões locais junto às comunidades indígenas para divulgar o processo seletivo e, especialmente, pelos estudantes indígenas já inseridos na universidade. Quanto a este aspecto, o programa avançou e pode-se afirmar que vem atingindo seu objetivo. Com relação ao número de candidatos aprovados, também pode-se afirmar que o resultado é satisfatório.

Quanto à ocupação das vagas, persistem ainda grandes desafios, pois embora os candidatos compareçam às provas e sejam classificados, um número expressivo de vagas deixam de ser preenchidas, mesmo após a realização de várias chamadas para matrícula. Segundo os estudantes, dentre os fatores que dificultam e até impedem os candidatos de efetivarem a matrícula estão: o fato de alguns não terem acesso à *internet* dificulta o acompanhamento das publicações dos editais e conseqüentemente do acesso às informações. Às vezes a pessoa nem fica sabendo que foi convocada para realizar a matrícula. A dificuldade para conseguir organizar/providenciar a documentação necessária para efetivar a matrícula; a distância da terra indígena até os *campi* da UFFS; dificuldade com transporte e financeira. Além disso, para os *campi* de Realeza e Cerro Largo a procura dos candidatos é baixa, pois não tem TI localizadas próximas a esses locais. Assim, do total de vagas ofertadas nesses *campi*, em torno de 90% não são ocupadas.

Além do desafio da ocupação das vagas, outro ainda mais expressivo é o da permanência. Os dados da tabela mostram que do total de matriculados (385), permanecem com matrícula ativa 138, representando 36%. Também é possível observar que somente 3 conseguiram concluir a graduação até o momento. Número este que representa menos de 1% de concluintes.

Reconhecendo a importância de se aproximar dos estudantes para conhecer as maiores dificuldades que enfrentam para permanecer na universidade, as comissões locais do PIN realizam reuniões regulares com eles. Nesses encontros eles socializam, que o que atrapalha é: a timidez; a vergonha de falar em público, impede até que eles tirem suas dúvidas e apresentem trabalhos; a discriminação e o preconceito por parte dos colegas e alguns professores; os olhares do tipo “o que é que esses índios tão fazendo aqui?”; a adaptação e relacionamento com os brancos; a distância da comunidade até a universidade; a dificuldade em conseguir transporte para vir pra universidade e o custo elevado dos mesmos; a fraca base/defasagem de conhecimentos da educação básica; o domínio da Língua Portuguesa o que dificulta a interação com professores, a compreensão dos conteúdos, das leituras dos textos, pois muitas palavras são desconhecidas e outras nem existem nas suas línguas maternas; a falta de uma equipe institucional para acompanhamento dos estudantes ingressantes; ficar longe dos familiares; a diferença cultural, que faz com que, muitas vezes, se sintam diminuídos perante aos demais, em outros momentos não têm espaço pra falar, são deixados de lado; alguns professores não entendem a diferença indígena relacionada à cultura, organização e rotina de estudo; a falta de informação de onde, como “iríamos nos ajeitar”; dificuldade financeira e em se manter na cidade, pois o valor dos auxílios é baixo, às vezes não paga o aluguel; a ausência de moradia estudantil; consideram a universidade um espaço diferente, que os trabalhos são difíceis, aprender a mexer no Moodle, portal do aluno, *e-mail*, no início é um desafio.

Ao longo desses anos, a universidade busca desenvolver ações que fortaleçam o programa, de modo especial, a permanência. Em relação à essas ações, os estudantes destacam: os auxílios financeiros – Programa Bolsa Permanência - PBP ofertado pelo MEC e Auxílio PIN, disponibilizado pela UFFS; as disciplinas/turmas específicas do PIN; as monitorias, tanto a modalidade por público-alvo quanto por CCR e curso; estar na universidade apresenta uma visão nova que poderá ser compartilhada com a comunidade/povo; o apoio/incentivo da família, colegas e professores; as informações prestadas e o acolhimento; a oportunidade que a UFFS disponibiliza (o processo seletivo exclusivo) para ingressarmos e seguirmos em frente e ter um diploma; o vínculo com os colegas é muito importante; os professores, como eles tratam e respeitam a cultura do povo indígena e as diversidades culturais; a assistência estudantil; o acolhimento dos profissionais da instituição; a qualidade do ensino; as semanas acadêmicas quando disponibilizam espaços para apresentarem a cultura indígena.

No que se refere ao desempenho acadêmico, a situação é ainda mais desafiadora. Na análise dos históricos dos estudantes que ingressaram pelo processo seletivo exclusivo e que estão com matrícula ativa, observa-se que a maioria das reprovações ocorrem por nota, especialmente nos primeiros semestres e nos CCR's que são específicos do curso. O número de reprovações vai aumentando conforme eles avançam nas fases do curso. Também têm ocorrido por frequência, ou seja, o número de faltas é superior a 75%.

Percebe-se que a partir do ano de 2018, as matrículas ativas aumentam. Aqui vale destacar que no ano de 2017 o *Campus* Chapecó passou a ofertar as turmas especiais (conhecidas como as turmas do PIN), nas quais são matriculados somente estudantes indígenas. Os CCRs ofertados são: Leitura e Produção Textual I e II; Matemática Instrumental; Estatística Básica; Introdução à informática; Introdução ao pensamento social; Direitos e cidadania e História da Fronteira Sul. A escolha dos CCR's considerou o fato deles pertencerem ao domínio comum, o que possibilita que

os estudantes validem os créditos cursados para integralizar o curso, e por serem componentes que contribuem para amenizar a defasagem em relação às habilidades de leitura, compreensão, interpretação, escrita e cálculos matemáticos e estatísticos, com que eles chegam na universidade. Além disso, o fato de o grupo de estudantes indígenas estar juntos nos primeiros semestres contribui para fortalecer a presença indígena na universidade e na adaptação do grupo com as rotinas acadêmicas. Os estudantes frequentam 4 CCR's em cada semestre para terem "turno livre" e poderem frequentar a monitoria específica/por público-alvo um turno na semana.

Outra estratégia utilizada por alguns dos estudantes para garantir o aproveitamento é se matricular em menos CCR's em cada semestre. Com isso, conseguem dedicar mais tempo no estudo de cada um deles e, conseqüente, aprovação.

Quando questionados sobre o desempenho acadêmico, os estudantes destacam alguns fatores que interferem negativamente, dentre eles estão: dificuldade em se expressar em público, o que prejudica a apresentação de trabalhos, como pode-se notar na frase seguinte: "Eu acho que apresentar trabalho é muito mais difícil para mim, quando chega a hora de apresentar o trabalho lá na frente, muitas vezes eu deixo de falar muitas coisas porque eu travo quando vejo os colegas me olhando."; dificuldade de acompanhar a explicação do professor, entender os conteúdos, formatar os trabalhos; alguns sentem vergonha, e por muitas vezes ficam sem perguntar/esclarecer as dúvidas porque percebem que os colegas sabem/compreenderam a explicação do professor; em função da timidez, acabam ficando sozinhos e quando tem atividades em grupo, se o professor não fizer sorteio ficam sem grupo e muitas vezes tendo que fazer a atividade sozinhos; outros destacam que mesmo depois de 1, 2, 3, 4 anos na universidade ainda são poucas as amizades, somente 2 ou 3 colegas conversam e oferecem ajuda.

Para outros, "cada semestre uma dificuldade diferente, mas eu não desisto"; "tem componente que eu não consigo aprender, já fiz 3 vezes, é muita coisa, muito nome, a professora me ajuda, sempre está por perto, quer saber do meu desempenho, mas eu não consigo aprender e não é por falta de estudo". Além das dificuldades em relação à leitura, compreensão, escrita, cálculo e interpretação, destacam as dificuldades de conciliar o estudo com o trabalho, cuidar da casa e dos filhos. Também identificam que tem professores que explicam pouco e cobram demais e outros, são arrogantes na hora de esclarecer as dúvidas.

Como pontos positivos, que ajudam na permanência, destacam: o diálogo que ocorre nas disciplinas; a interação com colegas e professores; gostam quando os professores fazem uma aula mais dinâmica e fogem um pouco da aula tradicional, pois conseguem aprender mais nessas aulas; a participação em programas como o PIBID e o PET, em projetos de extensão e de monitorias tanto como monitor quanto frequentar as monitorias, são importante e contribuem em muito para a formação. São vivências que podem levar para a terra indígena. Destacam também que os conteúdos ensinados na universidade ajudam a enfrentar os problemas existentes na comunidade e na vida pessoal. Tais conhecimentos contribuem para ampliar a visão, compreender as coisas, se tornar um ser melhor, pois o conhecimentos acadêmico ajuda a compreender a prática que desenvolvem na comunidade e mostram maneiras diferentes de ver o mundo "e isso implica no nosso dia a dia, faz nos tornar pessoas diferentes, melhorando o nosso lado bom. E a comunidade vê isso no nosso comportamento". A participação em eventos para apresentar trabalhos, nas palestras, seminários e semanas acadêmicas também são ressaltadas como muito importantes.

Os estudantes também fazem sugestões visando contribuir na melhoria da qualidade do Programa. São elas: criar a casa do estudante, ajudaria muito na permanência dos indígenas com renda baixa e que precisa sair de sua comunidade para frequentar as aulas; ofertar acompanhamento psicológico, pois são oriundos de uma realidade totalmente diferente, e é difícil a adaptação, é preciso superar as dificuldades/defasagens escolar e mais os preconceitos sofridos diariamente; criar projetos ou grupo(s) de apoio aos estudantes indígenas, ou grupo(s) de debate só entre os indígenas, para incentivar a convivência/laços e fortalecer a permanência; promover eventos como uma semana cultural só para apresentação das etnias, cultura, artesanato indígena na universidade; disponibilizar psicólogos e pedagogos em todos os campi para fazer um trabalho de acompanhamento psicológico e pedagógico mais efetivo; criar novos cursos de graduação como direito, psicologia, artes, educação física; ofertar mais espaços de convivência para os estudantes; incentivar que os estudantes indígenas publiquem artigos; ter em seu quadro de profissionais professores indígenas; ouvir mais os estudantes; divulgar mais as informações sobre os direitos que os estudantes possuem, muitas vezes há vários auxílios, rede de apoio, mas acabam que não acessam tais informações; acompanhar de uma maneira mais próxima os estudantes com maior vulnerabilidade econômica e social; aumentar o número de vagas por curso ofertadas no Processo Seletivo Exclusivo; continuar com o PIN e o auxílio PIN, pois são eles que garantem a realização do sonho indígena de estar na universidade e fazer uma graduação.

Também é importante destacar a presença indígena nos cursos de Educação do Campo. Apesar desses cursos terem processos seletivos próprios, os estudantes indígenas que ingressam acessam os recursos e ações do PIN. No *Campus* Laranjeiras do Sul, no curso de licenciatura em Educação do Campo em Ciências Sociais e Humanas, entre 2013 e 2022, 13 indígenas das etnias Kaingang e Guarani concluíram seus estudos para atuar como docentes em suas terras indígenas de origem no Paraná. O PIN teve participação fundamental na permanência desses estudantes durante seus processos formativos. Atualmente outros 23 estudantes indígenas estão seguindo o mesmo caminho no curso, com acompanhamento da comissão local do PIN. No *Campus* Erechim, já são 24 estudantes indígenas formados no curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, e mais 126 com matrícula ativa, em processo de formação.

No âmbito da Pós-Graduação, considerando a reserva de vagas estabelecida, 2 (duas) vagas em cada um dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* ofertados pela UFFS, observa-se a participação de um grupo pequeno de estudantes. É importante esclarecer que nas residências médicas, não tem sido feita a reserva de vagas, mas tem residentes indígenas.

Tabela 6: Estudantes indígenas que ingressaram na pós-graduação no período de vigência do PIN.

Campus	Curso	Nº de estudantes com matrícula ativa	Nº de estudantes desistentes	Nº de estudantes que concluíram o curso
Cerro Largo	Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas	1		
	Mestrado em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis	1		
	Especialização em Enfermagem e Oncologia	2		
Chapecó	Especialização em História Regional			1
	Especialização em Gestão Escolar da Educação Básica			1
	Mestrado em Educação	2	1	1
	Mestrado em Estudos Linguísticos	1		
	Mestrado em História	1		
	Residência Médica em Clínica Médica	1		
	Especialização em Gestão Escolar		1	
Erechim	Mestrado em Educação	1		1
	Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas	1		
	Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental	1		
	Especialização em Educação do Campo		2	
Laranjeiras do Sul	Especialização em Economia Empresarial e Gestão de Pequenos Negócios		1	
	Especialização em Fundamentos e Práticas em Educação do Campo	8		
	Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável	2		3
Passo Fundo	Residência Médica em Clínica Médica		1	
	Residência Médica em Neurocirurgia	1		
Realeza	Especialização em Direitos Humanos		1	
<b>Total</b>		<b>23</b>	<b>7</b>	<b>7</b>

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Dados coletados em 30/11/2022

Os dados indicam o ingresso de 37 estudantes indígenas em programas de Pós-Graduação ofertados. Dentre os que ingressaram, registram-se 6 concluintes, 23 com processo formativo em andamento e 7 desistentes. Observa-se que, mesmo na Pós-Graduação, esses estudantes carecem de um acompanhamento mais próximo e acolhedor.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco significativo para os povos indígenas no Brasil. O reconhecimento ao direito à diferença foi registrado no art. 231. “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” Os direitos registrados na Constituição são o resultado das lutas travadas, no decorrer das últimas décadas do século XX, por parte dos movimentos sociais indígenas e seus apoiadores.

O acesso à educação, como mencionou Souza Lima (2012, p. 171), e as formas de ação política dos povos indígenas podem substituir “arcos e flechas, bordunas ou enxadas e machados por canetas, computadores e diplomas”. Os povos indígenas têm apostado na educação para fortalecer a luta por direitos.

As narrativas de estudantes indígenas no contexto universitário da UFFS demonstram experiências compartilhadas, afetos, conflitos, angústias e outros sentimentos que ainda precisam ser compreendidos. A presença indígena provoca mudanças em curso na Universidade. Novas experiências na docência com estudantes indígenas apontam para a necessidade em ampliar horizontes e estabelecer relações com outras áreas do saber, em especial, com as novas epistemologias advindas dos conhecimentos desses povos, cuja ausência caracterizou a maior parte da história das Universidades no Brasil. Os desafios de inclusão revelam múltiplos fatores no processo interativo, como os de ordem econômica, cultural, social, política, além de uma herança histórica hierarquizada de diversidades étnicas, na qual estudantes indígenas têm que lidar.

No desenvolvimento da minuta de inclusão indígena na UFFS, nas discussões travadas com os representantes das distintas terras indígenas, levantou-se a possibilidade da criação de um *Campus* indígena. Essa proposta visava atender a demanda das lideranças indígenas da região da fronteira Sul, pois, enfatizavam que “entre os parentes (povos indígenas)” a interação atenuaria uma série de desafios com os quais, os estudantes teriam que enfrentar, tais como: desigualdades sociais, preconceitos, diferenças linguísticas, formações em escolas em condições desiguais de acesso à materiais didáticos e à infraestrutura etc. O desenvolvimento do projeto dependia de uma aprovação orçamentária. Na medida em que as restrições orçamentárias impactaram o empreendimento do *Campus* indígena, a UFFS aprovou duas vagas suplementares para cada curso ofertado nos distintos *campi* que a compõem.

Os desafios para a permanência de estudantes indígenas na Universidade, assim como o desafio de ser indígena na sociedade brasileira são múltiplos. Essa história recente de tentativa de inclusão tem revelado, por meio da evasão elevada, as dificuldades de efetivar a permanência indígena na Universidade e, do mesmo modo, aprofundar os diálogos com todos os setores envolvidos para solucionar os problemas vivenciados. A experiência vivida na UFFS nos ensina que além da questão econômica, que garante a base de sustentabilidade para o estudante poder se dedicar aos estudos, como o acesso à moradia, ao transporte, à alimentação, aos materiais didáticos, existem outros fatores que demandam de aprendizado para efetivar as trocas e contribuições nesse processo de interação que se constitui a construção de uma universidade plural que acolha as diversidades com seus direitos diferenciados.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes**. Convenção 169, de 27/06/1989. Disponível em: <http://www.ilo.org>. Acesso em: 26 mar. 2020.

SOUZALIMA, A. C. de. Apresentação. Dossiê "Fazendo Estado". **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, v. 55, nº 2, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Processo 23205.000923/2013-47** - Relatório de atividades da comissão responsável por elaborar a resolução do programa de acesso e permanência dos povos indígenas da UFFS. Chapecó-SC, 09 de abril de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução Nº 33/CONSUNI/UFFS/2013**. Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, [2013].



**SEÇÃO II**  
**DAS AÇÕES DE**  
**ACOLHIMENTO E**  
**ACOMPANHAMENTO**

# AÇÃO AFIRMATIVA DE PERMANÊNCIA NA UFFS: A CONQUISTA DO AUXÍLIO PIN

Larissa Brand Back  
Dulce do Carmo Franceschini  
Lucélia Peron

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O referido artigo apresenta uma reflexão sobre a importância de uma política de assistência estudantil como forma de garantir o direito à educação superior para uma parcela de estudantes historicamente excluída deste nível de ensino e um breve relato sobre o contexto em que foi criado o auxílio PIN na UFFS. A criação desse auxílio teve por objetivo reconhecer a condição étnica dos estudantes como critério para concessão dos auxílios e com isto facilitar o acesso e, dessa forma, diminuir a evasão causada pela falta de condições financeiras desses estudantes ao ingressarem no Ensino Superior.

## A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO DIREITO

Compreender a política de assistência estudantil como parte integrante da política de educação superior é entendê-la como indissociável do processo de garantia do direito à educação superior, bem como reconhecer a importância e indispensabilidade de suas ações para uma parcela significativa de estudantes, especificamente, para a população indígena.

Partir da concepção de direito social, que promove a proteção social, a assistência estudantil se reafirma por meio de programas, projetos e ações, superando sob esta perspectiva, práticas assistencialistas, clientelistas, corporativistas ou de ajuda. Dessa forma, é fundamental para a permanência e para o desempenho acadêmico e, muitas vezes, condição estruturante de permanência no ensino superior para estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esta perspectiva deve ser concebida como direito da educação superior, que possui como objetivo o próprio combate às desigualdades sociais, de tal modo “há nesse entendimento uma mediação, por reconhecer o papel da assistência estudantil no tratamento da questão social e, igualmente, vislumbrar a necessidade da universidade (e a sociedade) estruturar-se para cumprir os objetivos educacionais” (SILVA; NOGUEIRA, 2015, p. 53).

Aos estudantes que acessam o direito à educação superior e à assistência estudantil, Alves (2002, p. 3) pontua:

Para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, torna-se necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições. Para o desempenho do seu papel social, o estudante

universitário precisa, igualmente, de livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação e oportunidade de participação em eventos acadêmicos e culturais.

Percebe-se que somente a oferta da vaga não é suficiente e esta condição se intensifica para estudantes indígenas, uma vez que o ingresso no ensino superior acaba por gerar custos que, provavelmente, o estudante ou a família não possuem condições de suprir. Assim, as dificuldades advindas das condições socioeconômicas e do atendimento às necessidades sociais podem acarretar o atraso para a diplomação do curso, baixo aproveitamento, ou, ainda, a própria desistência do curso.

O não atendimento às necessidades básicas interfere diretamente no processo de ensino e aprendizagem, conforme Santos e Freitas (2014, p. 187) destacam:

Desse modo, o desempenho acadêmico se expressa de forma desigual, uma vez que os estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados, não dispõem de recursos para suprirem suas mais básicas necessidades. Essa condição, somando a outros fatores determinantes (internos ou externos à Universidade), pode ocasionar a retenção e a evasão no ensino superior.

Ao encontro da análise realizada por Silva e Nogueira (2015), que entendem que a permanência do estudante no ensino superior pode estar atrelada a distintos fatores que abrangem questões precedentes ao ingresso, relativos ao percurso acadêmico e em relação à expectativa de vida futura, tem-se

Sumariamente, é possível afirmar que os “antecedentes” dizem respeito à trajetória socioeconômica e cultural do estudante; o “percurso acadêmico” remete aos estímulos ou entraves nele vivenciados no processo formativo; as “projeções” representam o que o acadêmico vislumbra como profissão, diante das condições inscritas socialmente (SILVA; NOGUEIRA, 2015, p. 45).

Vale destacar que esses fatores são relacionais e influenciam diretamente na permanência ou na própria desistência do estudante no curso. Em relação à permanência dos estudantes indígenas, o desafio é ainda maior. Eles chegam tímidos no espaço universitário, pois é um contexto completamente diferente daquele que vivenciam cotidianamente. A grande maioria chega na universidade com defasagens de conhecimentos escolares, desconhecimento da cultura acadêmica, estereótipos e com uma certa insegurança para conviver nesse novo ambiente.

O tempo de universidade significa “tempos de descobertas, lutas e resistências” (PEREIRA; AMARAL; BILAR, 2020, p. 9), pois além da nova realidade na universidade, também é novo morar em uma cidade. O modo de vida urbano causa grande impacto nos estudantes indígenas, pois é muito diferente do modo de vida na comunidade indígena. Na cidade, “tudo é vendido, tudo é muito caro, não fazem trocas como as que fazemos na terra indígena. O tempo é outro,

tudo cronometrado, tudo agendado, com hora marcada. Na terra indígena, somos acostumados a nos encontrar de maneira mais espontânea” (PEREIRA; AMARAL; BILAR, 2020, p. 9).

Logo que chegam na universidade já surgem as primeiras dificuldades financeiras. Não conseguindo suprir as necessidades básicas com alimentação, transporte e moradia, buscam acessar a política de assistência estudantil para fornecer apoio à permanência estudantil. Também manifestam que sentem a necessidade de: serem acolhidos/bem recebidos pela comunidade universitária; terem o seu tempo de aprendizagem respeitado; de não sofrerem discriminações; poderem compartilhar seus conhecimentos tradicionais para conseguirem lutar contra as dificuldades de aprendizagem e o sentimento diário de solidão.

No trabalho diário, fica evidente que a questão central para garantir a presença indígena na universidade, são as ações que envolvem a permanência e que estas demandam um novo olhar institucional e a busca constante de apropriação de conhecimentos do universo indígena. Diferentes setores da universidade desenvolvem ações relacionadas à permanência, mas é nos Setores de Assuntos Estudantis (SAEs) que inúmeras demandas vêm se apresentando com mais destaque e exigindo um tempo e atenção acerca da permanência desses estudantes na universidade. Com isso, a Assistência Estudantil vem se apresentando e se consolidando como um instrumento fundamental para atender as vulnerabilidades socioeconômicas e psicopedagógicas dos estudantes indígenas na UFFS.

## INDÍGENAS E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFFS

Aos estudantes indígenas da UFFS, até o ano de 2015, era ofertado o Programa Bolsa Permanência – PBP, criado por meio da Portaria do MEC nº 389 de 2013, concedendo aos estudantes indígenas e quilombolas uma bolsa no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), cujo pagamento é realizado mensalmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Diante das dificuldades de acesso ao PBP e, também, pela demora do recebimento da primeira parcela, os estudantes indígenas tinham o direito de receber os auxílios socioeconômicos ofertados pela universidade até o recebimento do PBP por meio do Edital de nº 1/GR/UFFS/2015. Assim, o estudante deveria realizar sua análise socioeconômica de acordo com a Resolução nº 1/CONSUNI CEXT/UFFS/2011. Este processo demandava a comprovação da situação socioeconômica do estudante e de seu grupo familiar, por meio de entrevista social e análise documental. Contudo, os estudantes indígenas apresentavam muitas dificuldades de apresentar a documentação solicitada, devido às suas particularidades. Em 2018, dos 59 estudantes que iniciaram o processo de análise socioeconômica, 35 conseguiram finalizar e destes 32 estudantes obtiveram classificação na faixa de IVS I, isso quer dizer que, aproximadamente, 92% eram considerados com maior vulnerabilidade em relação aos demais estudantes. Assim, caracterizavam-se como público prioritário para o recebimentos dos auxílios socioeconômicos.

A fim de entender as razões da alta taxa de evasão dos estudantes indígenas nos primeiros semestres do curso na UFFS/Chapecó, a Comissão PIN Chapecó/SC realizou várias conversas e reuniões com os estudantes e verificou-se que um dos motivos da evasão era o fato dos ingressantes não conseguirem frequentar as aulas nos primeiros meses do semestre letivo por

não receberem a PBP, a qual demorava até seis meses para ser liberada; tampouco os auxílios socioeconômicos, já que para recebê-los deveriam encaminhar a análise da documentação de renda e, nem sempre, conseguiam finalizar este procedimento. Esses estudantes da UFFS/Chapecó, em 2018, eram majoritariamente das T.I Nonoai/RS e Serrinha/RS e moravam nas aldeias, portanto, precisavam pagar um transporte para vir para a universidade. Sem recursos, não conseguiam participar das aulas e acabavam reprovando nos componentes curriculares da primeira fase, o que os desestimulava enormemente. Foi, então, que a Comissão PIN - local, o Setor de Assuntos Estudantis – SAE do *Campus* Chapecó e a Diretoria de Políticas de Graduação – DPGRAD solicitaram à PROAE (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis) a criação de um auxílio específico para os indígenas, o auxílio PIN, que considerasse a condição étnica dos estudantes indígenas sem a necessidade de uma análise de renda.

Assim, a criação de um auxílio socioeconômico específico para os indígenas se deve, inicialmente, pelos esforços da comissão local do PIN e do Setor de Assuntos Estudantis – SAE do *Campus* Chapecó e da Diretoria de Políticas de Graduação – DPGRAD, no ano de 2018.

As principais motivações na época (2018), consideravam: o fato da UFFS não dispor de moradia estudantil e acesso livre ao Restaurante Universitário; a fragilidades do Programa Bolsa Permanência, dentre elas a demora de meses no recebimento da primeira parcela e da não abertura de novas inscrições regularmente; que para acessar os auxílios específicos (moradia e transporte) era necessário realizar o processo de análise socioeconômica e a necessidade da documentação comprobatória e o acompanhamento das regras contidas no edital, bem como os prazos e períodos de inscrição, pedidos de recurso e resultados; as peculiaridades culturais dos indígenas e a situação de vulnerabilidade socioeconômica que os indígenas se encontram; a dificuldade de acompanhar os estudantes indígenas e de contatá-los a fim de orientá-los quanto aos fluxos e trâmites que os editais preveem e; os altos custos do ingresso e da permanência dos estudantes indígenas na UFFS, em função de mudança de local de residência ou contratação de serviços de transporte intermunicipal ou interestadual locado para frequentar a universidade.

Assim, a Comissão Local do PIN - *Campus* Chapecó solicitou a criação de um auxílio socioeconômico destinado aos estudantes indígenas em função da condição étnica, nos moldes previstos pelo Programa Bolsa Permanência. Esta ação descartaria a necessidade da realização da análise socioeconômica e comprovação da situação socioeconômica, uma vez que já é de conhecimento a alta vulnerabilidade vivenciada pelos estudantes indígenas, bem como agilizaria o recebimento deste auxílio para os momentos iniciais da vida acadêmica até o recebimento do Programa Bolsa Permanência.

Com isso, realizou-se uma reunião com o Vice-Reitor, o Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, membros da DPGRAD e Comissão Local do PIN - *Campus* Chapecó para apresentar a proposta de criação do auxílio específico para os estudantes indígenas. Ela foi entendida como uma ação possível de ser implementada, pois além da alta taxa de evasão detectada, a Resolução nº 33/2013 – CONSUNI, que institui o PIN, especificamente no Capítulo III, inciso V estabelece que, dentre as ações a serem desenvolvidas para fortalecer a permanência dos estudantes indígenas está o “apoio financeiro a estudantes de graduação e de pós-graduação, com recursos oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do orçamento institucional e de outras agências de fomento, de acordo com a disponibilidade orçamentária, a ser implementado por meio de editais específicos, considerando a vulnerabilidade socioeconômica dada pela condição indígena”.

Resultante desta iniciativa, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE implementou a proposta por meio da Portaria nº 683/GR/UFFS/2018 que institui o Auxílio à Permanência dos Povos Indígenas na UFFS, conhecido e consolidado como “auxílio PIN”, visando fortalecer as condições de permanência na vida universitária aos estudantes indígenas regularmente matriculados em cursos de graduação da UFFS por meio da oferta de auxílio financeiro específico.

O primeiro instrumento publicado foi o Edital nº 836/GR/UFFS/2018, em julho do referido ano, possibilitando o acesso ao auxílio por meio da comprovação da condição étnica. A referida ação foi expandida para todos os *campi* da UFFS. O auxílio recebido tinha um valor fixo de R\$ 600,00 (seiscentos reais), sem necessidade de comprovação dos gastos. A partir de então, todos os anos é publicado novo edital com regras e critérios.

A garantia de um auxílio específico para os estudantes indígenas foi consolidada com a aprovação da Política de Assistência Estudantil, Resolução nº 10/CONSUNI CGAE/UFFS/2019, que prevê, em sua Subseção XI, o Auxílio à Permanência de Povos Indígenas e/ou Quilombolas – APPIQ que trata da referida questão.

Com a nova nomenclatura estabelecida pela Política, no ano de 2022, esse auxílio sofreu algumas mudanças significativas, os estudantes beneficiários são habilitados para receberem o auxílio alimentação e estudantil, sem necessidade de comprovação do gasto e para habilitação do auxílio transporte, moradia e creche é necessária a comprovação do gasto com transporte e/ou gasto com moradia, bem como a comprovação da certidão de nascimento do filho/a com idade até 06 anos incompleta. Quanto aos critérios para se inscrever no Edital desse auxílio, também ocorreram algumas mudanças: é necessário que o estudante seja egresso da educação básica pública e que não tenha nenhum curso superior, o que não era considerado anteriormente.

Também é importante destacar que além do auxílio financeiro específico, outras ações são necessárias e desenvolvidas para garantir a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes indígenas. No entanto, o objetivo deste capítulo foi relatar a criação do Auxílio PIN, hoje APPIQ.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do auxílio PIN pode ser considerada como uma ação afirmativa, pois assume o compromisso com a garantia da permanência dos estudantes indígenas nos cursos de graduação da UFFS. Assegurar o ingresso, a permanência e a conclusão de um curso de graduação para esta população historicamente excluída deste nível de ensino é responsabilizar-se com o direito à educação e garantir que, de fato, quem mais precisa, seja beneficiado com a Política Nacional de Assistência Estudantil.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. de M. A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior. **Serviço Social em Revista**, Londrina-PR, v. 5, nº 1, 2002. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v5n1\\_Jo.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.htm). Acesso em: 05 dez. 2022.

PEREIRA, G. F. de S. F.; AMARAL, W. R. do; BILAR, J. A. B. A experiência de estar na universidade sob a ótica de uma indígena estudante da pós-graduação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 28(158), 2020. <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4791>. Acesso em: 05 dez. 2022.

SANTOS, G. dos; FREITAS, L. O. Ensino superior pública brasileira: acesso e permanência no contexto de expansão. **Argumentum**, Vitória, v. 6, nº 2, p. 182-200, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/8188/6217>. Acesso em: 05 dez. 2022.

SILVA, M. das G. M.; NOGUEIRA, P. S. Permanência na educação superior: traçado dos estudos e faces da realidade. **Educação em Foco**, ano 18, nº 26, p. 43- 68, dez. 2015. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/541/788>. Acesso em: 05 dez. 2022.



# INGRESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE: AÇÕES AFIRMATIVAS ACADÊMICAS DO CAMPUS CHAPECÓ

Dulce do Carmo Franceschini

Neste capítulo pretende-se apresentar algumas das ações afirmativas desenvolvidas pela Comissão Local do PIN (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *Campus* Chapecó, para que os estudantes indígenas possam, não apenas ingressar no Ensino Superior, mas também nele permanecer.

## INTRODUÇÃO

Durante o processo histórico de construção política, social e cultural de nosso país até os dias de hoje, os indígenas e os negros foram excluídos, ou seja, não lhes foi dada a possibilidade de desenvolverem suas potencialidades em igualdade de condições, o que lhes impediu ascender social e economicamente. É imperativa, portanto, a superação dessa situação, e uma das formas de superá-la é por meio de uma educação libertadora, que possa suplantar a educação eurocêntrica e descomprometida com as problemáticas sociais, predominante em nossa sociedade, a fim de diminuir as diferenças históricas, sociais e raciais neste país.

Para tanto, políticas de ações afirmativas foram criadas, entendendo-se estas como intervenções do Estado que garantem direitos sociais. Uma dessas ações foi o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, que preconiza, na Estratégia 13 da Meta 12 relativa às universidades, “expandir o atendimento específico a populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas em relação ao acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações” (BRASIL, PNE, 2014).

Essas políticas podem significar um importante mecanismo pedagógico de educação dos diferentes grupos sociais no que diz respeito às diversidades, sejam elas raciais, étnicas, culturais, de gênero ou classe. A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) instituiu, ao longo de sua trajetória e com êxito, ações afirmativas para o ingresso de estudantes indígenas e haitianos na universidade, a partir da criação de programas específicos para esses públicos (PIN e PROHAITI, respectivamente), bem como o ingresso via Cotas, para alunos de escolas públicas, indígenas e afro-brasileiros. No entanto, a política de permanência para esses acadêmicos ainda é um desafio para essa Instituição.

A seguir, apresentamos as ações afirmativas propostas e realizadas pela Comissão Local do PIN do *Campus* Chapecó, a fim de tornar mais acessível o ingresso e, principalmente, de colaborar para a permanência de estudantes indígenas na universidade.

## INGRESSO DE INDÍGENAS NA UFFS – CAMPUS CHAPECÓ (SC)

Neste tópico apresentamos algumas das ações realizadas pela Comissão Local do PIN do *campus* Chapecó, de 2016 a 2020, com o objetivo de tornar o Processo Seletivo Exclusivo do PIN mais democrático, ou seja, de permitir a um maior número de indígenas a participação no mesmo.

A fim de tornar esse processo seletivo acessível a um número maior de indígenas, a partir de 2016, promoveu-se, com a colaboração de acadêmicos indígenas da UFFS/Chapecó, uma ampla e sistemática divulgação do processo seletivo exclusivo para indígenas nas aldeias da Terra Indígena Serrinha (município de Ronda Alta e Três Palmeiras-RS), da T.I. Nonoai (municípios de Planalto, Gramado dos Loureiros e Nonoai-RS), na T.I. Iraí (município de Iraí-RS), no Toldo Chimbanguê e na Aldeia Condá (municípios de Chapecó-SC), uma vez que a maioria dos estudantes indígenas da UFFS Chapecó era proveniente dessas Terras Indígenas.

Quanto às inscrições, em 2016, foi proposto, e aceito pelos órgãos competentes da universidade, que a Comissão Local do PIN/Chapecó fizesse as inscrições para o Processo Seletivo Exclusivo nas aldeias, uma vez que muitos jovens não tinham (e não têm) condições para se deslocar até a universidade. De 2016 a 2019, portanto, as inscrições dos indígenas aldeados foram realizadas pela Comissão Local, com a colaboração de acadêmicos indígenas da UFFS/Chapecó, nas aldeias das Terras Indígenas acima mencionadas. Essa ação permitiu que um número maior de indígenas participasse do Processo Seletivo e colaborou para aproximar a universidade das aldeias. Porém, em 2020, com o início da pandemia, essa ação deixou de ser realizada e a inscrição e a seleção dos alunos passaram a ser realizadas de forma não presencial.

Essas duas ações afirmativas – a divulgação e a realização das inscrições nas aldeias para o processo seletivo, colaboraram para que o número de inscrições realizadas desde o primeiro Processo Seletivo Indígena, o de 2014, para ingresso em 2015, até o de 2019, para ingresso em 2020, tivessem um aumento significativo de inscritos, dando a oportunidade para que mais jovens participassem. No quadro abaixo, pode-se observar os dados relativos ao número de indígenas inscritos no processo seletivo exclusivo para o *Campus* Chapecó (SC), de 2014 a 2019.

Tabela 1: Número de inscritos no processo seletivo exclusivo para o *Campus* Chapecó

ANO - Matrícula na UFFS/Chapecó	Número de inscritos no Processo Seletivo PIN e número de aprovados	Número de matrículas realizadas
2015	133 – 96 aprovados	15
2016	154 -120 aprovados	25
2017	254 – 90 aprovados	27
2018	204 – 67 aprovados	27
2019	234 – 66 aprovados	24
2020	164 – 43 aprovados	24

Fonte: Elaboração própria.

Pode-se verificar que o número de inscritos no processo seletivo exclusivo teve um aumento significativo em 2017, 2018 e 2019, bem como o número de matrículas efetivadas; em 2017 e 2018, quase todas as vagas foram preenchidas (de 28 vagas existentes, 27 foram

preenchidas), já em 2019 e 2020 houve uma diminuição, sendo que apenas 24 candidatos fizeram suas matrículas.

Além do processo seletivo PIN, um número crescente de indígenas tem ingressado no *Campus* Chapecó por meio das cotas do Enem e por transferência interna, via Edital de Transferência Interna e de aluno abandono, seja pelo edital específico para indígenas, a fim de ocupar as vagas remanescentes do processo seletivo PIN, seja pelo Edital de ampla concorrência. De 2018 a 2020, esses Editais específicos para indígenas foram publicados uma vez por semestre, no mesmo período dos demais Editais de Transferência interna. Com a pandemia e a suspensão das aulas presenciais, em 2020, esses editais deixaram de ser publicados.

A disponibilização dessas vagas remanescentes do processo seletivo exclusivo por meio de Edital específico para indígenas teve como objetivo oferecer aos alunos que quisessem trocar de curso a possibilidade de fazê-lo sem muita dificuldade. Essa proposta surgiu de uma análise da situação dos acadêmicos indígenas do *Campus* Chapecó. Verificou-se que a obrigatoriedade do candidato escolher o curso antes de ingressar na UFFS, ou seja, no momento da inscrição para o processo seletivo, estava gerando muitas desistências, pelo fato de não se adaptarem ao curso e, muitas vezes, por não conseguirem ter êxito nos CCRs (Componentes Curriculares Regulares) específicos dos cursos em que estavam matriculados. A partir de discussões com os acadêmicos e com a DPGrad (Diretoria de Políticas de Graduação), chegou-se à conclusão de que poderíamos resolver, em parte, esse problema com Editais específicos para esses alunos, colocando à disposição dos mesmos as vagas remanescentes do processo seletivo exclusivo.

Muitos alunos de outros *campi*, principalmente do *Campus* de Erechim (RS), ingressaram no *Campus* Chapecó via esses editais específicos de transferência interna: em 2018, 20 alunos; em 2019, 12 alunos; e, em 2020, 08 alunos ingressaram via transferência interna.

Outra via de acesso ao ensino superior utilizada pelos indígenas para ingressar no *Campus* Chapecó, a partir de 2020, principalmente, tem sido o processo seletivo simplificado, o qual tem por finalidade preencher as vagas remanescentes de diferentes cursos da UFFS.

Com a pandemia, a inscrição e a seleção do processo seletivo exclusivo passaram a ser *on-line*, o que levou a uma alteração em relação às etnias dos candidatos selecionados. Nos últimos processos seletivos (2021 e 2022), muitos alunos indígenas de diferentes etnias do Amazonas (Tikuna, Kambeba, Kokama, Tukano, Baré e Wai wai.) ingressaram em Chapecó. Em 2021, 48 alunos indígenas ingressaram no *Campus* Chapecó, sendo que desses, 13 eram de etnias do Amazonas; em 2022, dos 94 alunos que ingressaram no *Campus* Chapecó, 46 eram do Amazonas, ou seja, quase 50% dos alunos eram do Norte. Deve-se dizer, entretanto, que apenas 30 desses alunos estão com a matrícula ativa em 2022.2.

Atualmente estudam no *Campus* Chapecó 130 alunos indígenas, sendo que a maioria é da etnia Kaingang e reside no Rio Grande do Sul, nas Terras Indígenas Serrinha e Nonoai. Também temos alunos Kaingang da T.I. Votouro (RS); da T.I. Xaçupé (Ipuçu/SC), da Aldeia Condá e do Toldo Chimbangue (Chapecó/SC). Além de alunos Kaingang, há alunos da etnia Guarani, que residem nas Terras Indígenas Kaingang; alunos do nordeste do Brasil, das etnias Tenetehara - Guajajarás, do Maranhão; Atikum-Umã e Pankará, ambas de Pernambuco e das etnia Kaimbé e Pataxó, da Bahia.

## PERMANÊNCIA DE INDÍGENAS NA UFFS - CAMPUS CHAPECÓ (SC)

A permanência de estudantes indígenas na universidade e, também, dos provenientes de outros grupos sociais marginalizados não abarca somente dificuldades econômicas, mas um conjunto mais amplo e complexo de dificuldades socioculturais de inserção na dinâmica acadêmica, de melhoria da socialização com a comunidade acadêmica e de domínio de tecnologias (informática; língua portuguesa: leitura e escrita; conhecimentos científicos) necessárias ao sucesso no percurso acadêmico.

A construção de um ambiente institucional qualificado para o debate e o atendimento das questões indígenas e de outros grupos minoritários é uma medida que incide diretamente no sucesso a médio e longo prazo das políticas afirmativas para povos indígenas e grupos minoritários.

Como prevê o item III do artigo 9º, da Resolução nº 033/2013-CONSUNI, parte dessa preparação requer uma política de qualificação interna aos técnicos, docentes e estudantes. Essa qualificação, no entanto, deve ser amparada numa opção política de descolonização do saber e do poder, do reconhecimento da necessidade de “aprender a desaprender” (MIGNOLO, 2008, p. 290) a geopolítica do conhecimento que fomentou processos de naturalização de conhecimentos científicos, inferiorizando o conhecimento de povos indígenas e outros grupos etnicorraciais, a qual é preciso descortinar, desconstruir e problematizar para que se possa dar o passo seguinte, o de “aprender a reaprender” a lidar com as diferenças culturais, a torná-las aspectos positivos da convivência acadêmica.

Várias ações afirmativas visando a permanência dos acadêmicos indígenas no *Campus* Chapecó foram realizadas pela Comissão Local do PIN, juntamente com o SAE (Setor de Assuntos Estudantis) e a Coordenação Acadêmica do *Campus*, desde 2016. Dentre outras, destacam-se ações desenvolvidas com o intuito de melhorar o aprendizado dos acadêmicos indígenas e sua adaptação à universidade, uma vez que o fracasso no aprendizado e a não adaptação ao contexto acadêmico podem ser considerados importantes fatores que levam esses acadêmicos à evasão da universidade.

Com essa finalidade, ou seja, a de colaborar para a adaptação dos alunos indígenas ao universo acadêmico e contribuir para a melhora do aprendizado desse público e, conseqüentemente, diminuir o número de desistentes, duas ações foram implementadas e estão sendo desenvolvidas no *Campus* Chapecó: a oferta de Componentes Curriculares (CCRs) do Domínio Comum, especificamente, para alunos indígenas (Turmas PIN) e a oferta de monitorias para esse público-alvo.

A oferta de CCRs do Domínio Comum específicos para os alunos indígenas iniciou-se no primeiro semestre de 2017. Após uma análise da situação acadêmica de cada um dos alunos indígenas matriculados, verificou-se que um grande número deles apresentava repetidas reprovações em alguns CCRS do Domínio Comum.

Para resolver esse problema, após muitas reuniões com a coordenadora acadêmica do *Campus* Chapecó, a profa. Rosane Binotto; com Dariane Carlesso, pedagoga no NAP (Núcleo de Apoio Pedagógico); com Lucélia Peron, da Diretoria de Políticas da Graduação e com Larissa Back, assistente social do SAE, decidiu-se ofertar os CCRS do Domínio Comum em que havia mais reprovações, ou seja, mais alunos indígenas represados, exclusivamente para

alunos indígenas. Foi, então, ofertado, inicialmente, apenas um CCR: Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa I, a fim de verificar como seria a resposta dos alunos indígenas a essa proposta em termos de aprendizagem e de adaptação ao contexto acadêmico.

Essa primeira experiência se mostrou bastante positiva, tendo resultado em uma melhor adaptação desses alunos à universidade e um melhor aprendizado, o que nos levou a ofertar no segundo semestre de 2017, outros CCRs do Domínio Comum (Leitura e Produção Textual II, Introdução à Informática e Matemática Instrumental). Nos anos e semestres seguintes, continuou-se a ofertar CCRs do Domínio Comum específicos para indígenas. Além dos CCRs (1) Leitura e Produção Textual I, (2) Leitura e Produção Textual II, (3) Introdução à Informática e (4) Matemática Instrumental, são oferecidos, regularmente, desde 2017, os seguintes CCRs do Domínio Comum: (5) História da Fronteira Sul, (6) Direitos e Cidadania, (7) Introdução ao Pensamento Social, (8) Meio Ambiente, Economia e Sociedade e (9) Estatística Básica.

Essa ação afirmativa foi sendo avaliada ano após ano e se mostrou ser uma das ações que mais contribuiu para diminuir a taxa de evasão dos alunos indígenas, pois, além de favorecer o aprendizado, tem contribuído para uma melhor adaptação dos indígenas ao contexto acadêmico e a socialização deles com seus pares, uma vez que a maioria não se conhece ao chegar à universidade, o que favorece uma melhor adaptação e identificação ao ambiente universitário.

No entanto, por essa ação ainda não ter sido institucionalizada, enfrentamos alguns problemas em relação à matrícula dos discentes indígenas nessas turmas. A matrícula dos veteranos nesses CCRs é feita pela coordenadora da comissão local do PIN com o auxílio de alunos indígenas, a partir da solicitação dos próprios alunos. Como nem todos os alunos conseguem solicitar com antecedência sua matrícula nos CCRs ofertados, várias listas de solicitação de matrícula são enviadas, semestralmente, para a Secretaria Geral de Cursos (SEGEC) e para a Diretoria de Registro Acadêmico (DRA), a fim de matricular todos os solicitantes nos CCRs ofertados. Com relação aos alunos ingressantes pelo processo seletivo exclusivo, a matrícula nos CCRs ofertados é feita automaticamente pela DRA. Já a matrícula dos indígenas que ingressam na universidade por outra via, ou seja, pelas cotas do Enem, por editais de transferência interna ou externa, ou de aluno abandono, e por processo seletivo simplificado, esses alunos devem fazer uma solicitação de matrícula à Comissão Local do PIN. Como não conhecemos esses alunos e eles, tampouco, nos conhecem, não podemos contatá-los e esses alunos acabam ficando isolados e somente bem mais tarde tomam conhecimento das ações do PIN. Essas diferentes situações acabam gerando diversos problemas, que apenas a institucionalização dessa ação poderia resolver.

Como o número de alunos tem aumentado muito nesses últimos anos, realizar a matrícula dos alunos indígenas por meio da elaboração de listas feitas a partir dessa demanda está se tornando uma tarefa cada vez mais difícil e trabalhosa.

A fim de resolver esses problemas, a Comissão Local está discutindo, com a participação de discentes indígenas, um formato de formação inicial para os estudantes indígenas, que possa servir para uma formação crítico-social e para instrumentalizar esses discentes, a fim de que tenham êxito na vida acadêmica.

Outra ação afirmativa que tem contribuído para diminuir a taxa de evasão dos estudantes indígenas, foi a oferta de monitoria específica para esses alunos. A partir de 2018, foi possível propor e desenvolver projetos de monitoria para público-alvo. Elaborou-se, então, o projeto **Inclusão e permanência acadêmica: uma ação afirmativa**, com o objetivo de ofertar monitoria

para os estudantes indígenas, mas também para os haitianos e alunos em acompanhamento pelo SAE. Esse projeto foi renovado em 2019 e em 2020, e tem oferecido, principalmente, as seguintes monitorias desde 2018: Inclusão Digital, Matemática Instrumental e Estatística Básica. Além dessas monitorias, o Curso de Letras oferece monitoria de Língua Portuguesa aos indígenas e haitianos, desde 2018.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações afirmativas realizadas pela Comissão Local do PIN do *Campus* Chapecó têm contribuído muito para a diminuição da taxa de evasão dos alunos indígenas, mas ainda são insuficientes, pois, no mais, esses alunos têm que se virar como qualquer outro estudante que, diferentemente deles, fala e entende a língua da universidade, seus códigos e suas tecnologias, porque são falantes nativos do português e, desde cedo, tiveram acesso à educação básica, aos códigos de sua sociedade e as suas tecnologias.

Para garantir a continuidade dessas ações afirmativas, a fim de facilitar o ingresso e, principalmente, garantir a permanência de estudantes indígenas no *Campus* Chapecó (SC), é necessária a sua institucionalização, pois, somente assim estaremos construindo uma política afirmativa duradoura na universidade, sem a qual, as ações afirmativas desenvolvidas até então, com êxito, não terão garantia de sua continuidade.

Além da institucionalização dessas ações, é necessário instituir um programa de permanência para esses estudantes que atenda à integralidade das dificuldades para estar na universidade. O desafio, no momento, é criar condições para que os estudantes permaneçam na Universidade até o final de seus cursos, e que a UFFS, como Instituição alicerçada sobre o tripé ensino-pesquisa-extensão, e se autodefinindo como uma universidade pública e popular, possa valorizar os etnoconhecimentos diversos desses estudantes de modo a tornar-se espaço de múltiplos saberes, como convém a uma universidade popular.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**. Linha de Base. Brasília, DF: INEP, 404p., 2015.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-Universitaria-para-que>. Acesso em: 05 out. 2020.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). Comissão PIN Chapecó/SC. **Relatório do PIN**. UFFS, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). Conselho Universitário. **Resolução nº 033/CONSUNI/UFFS/2013**. Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) na Universidade Federal da Fronteira Sul. UFFS, 2013. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2013-0033>. Acesso em: 15 mar. 2021.

# O APOIO PEDAGÓGICO COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO PARA ESTUDANTES INDÍGENAS DA UFFS - *CAMPUS* ERECHIM

Marta Luiza Sfredo

## INTRODUÇÃO

Este texto analítico apresenta a experiência do apoio pedagógico como estratégia para potencializar a permanência e conclusão da graduação por parte dos estudantes indígenas da UFFS, *Campus* Erechim, considerando a ampliação gradativa da presença indígena nos cursos de ensino superior ofertados pela instituição, a partir da implementação de políticas afirmativas para ingresso e permanência dos povos originários na universidade, dentre as quais se destaca o processo seletivo especial para estudantes indígenas, que teve sua primeira turma de ingressantes em 2015. A ampliação do número de estudantes indígenas na universidade a partir da implantação de políticas de acesso, configurou uma demanda por processos de acompanhamento deste público na instituição, sendo o apoio pedagógico uma das principais ações com foco na permanência e conclusão do curso.

O acompanhamento dos estudantes indígenas no apoio pedagógico, considerou dois processos distintos e complementares entre si: o acompanhamento dos índices de evasão e reprovação, por meio da análise do histórico escolar e dos dados fornecidos pela secretaria acadêmica, além de atividades de apoio pedagógico realizadas com os estudantes de forma individual ou em grupo, por demanda ou plano de acompanhamento, considerando para sua realização o processo de reflexão-ação, inspirado na dialética freireana.

Os dados referentes a estes atendimentos figuram neste texto como indicadores que demonstram o quanto a permanência dos estudantes indígenas representa um desafio para a universidade, mas que o apoio pedagógico, somado a outras estratégias e ações coordenadas, pode ajudar a superar. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo, segundo os pressupostos de Bardin (2011). O texto está dividido em três seções. A primeira apresenta um breve resgate histórico das atividades do PIN no *Campus* Erechim. A segunda seção faz uma caracterização do apoio pedagógico como ferramenta de acompanhamento dos estudantes ao ingressarem no ensino superior. Os dados referentes a estes atendimentos são apresentados e discutidos na terceira seção.



## DA IMPLEMENTAÇÃO DO PIN: UM RESGATE HISTÓRICO DAS AÇÕES REALIZADAS NO CAMPUS ERECHIM

O caminho percorrido entre a organização das primeiras reuniões que trataram a respeito da necessidade de implementação de um processo seletivo exclusivo para ingresso dos povos indígenas na UFFS até chegar aos primeiros egressos representantes deste processo de inclusão e ampliação do acesso ao ensino superior, retratou uma luta histórica dos povos indígenas por igualdade, em termos de acesso a direitos sociais, dentre os quais destacamos para fins deste estudo, o ingresso na universidade.

Neste sentido, o ano de 2012 configurou um marco histórico no *Campus Erechim*, considerando que, no dia 08/03/2012, foi realizada uma primeira reunião com lideranças indígenas da Fundação Nacional do Índio, que reivindicavam a estruturação de um processo seletivo especial para indígenas. O conjunto de demandas apresentadas na referida reunião, somadas ao processo de implementação da Lei Federal nº 12.711/2012, representou uma conquista na luta pelo reconhecimento de direitos dos povos originários, ao instituir a política de cotas nas instituições federais de ensino.<sup>1</sup>

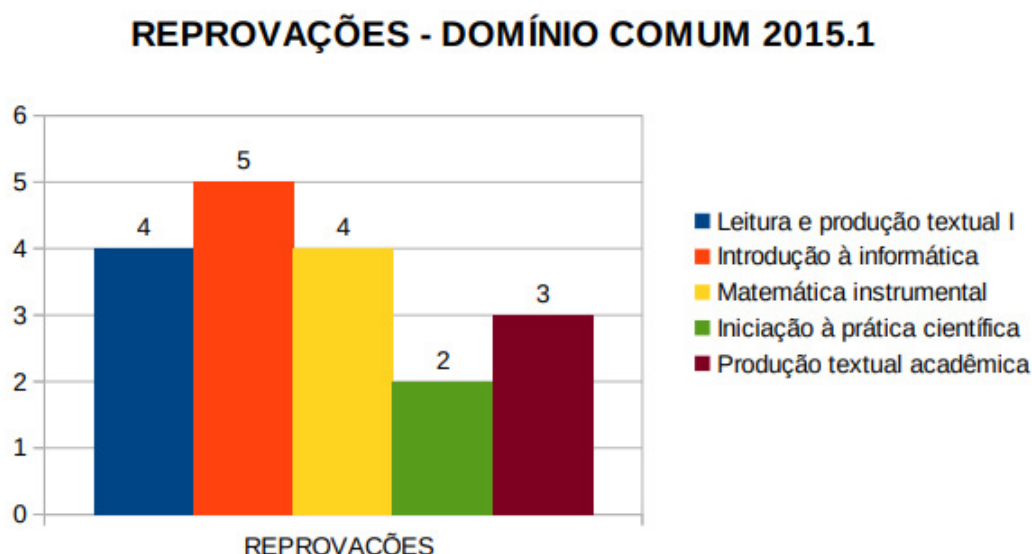
A partir desta legislação, a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS organizou uma série de ações para a implementação da legislação, dentre as quais se destaca a reserva de vagas para autodeclarados indígenas nos processos seletivos da instituição e a implementação do Processo Seletivo Exclusivo Indígena em 2015, organizado a partir do início dos trabalhos da comissão geral e das comissões locais, representantes do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas – PIN,<sup>2</sup> em 2013 e que tem nesta obra seu marco comemorativo dos dez anos de sua implementação na UFFS.

Quanto ao processo seletivo exclusivo do PIN, no ano de 2014, 41 candidatos se inscreveram para concorrer a 12 vagas, sendo que, quando verificada a situação de matrícula desses estudantes, no segundo semestre de 2015, foi constatado que somente 10 acadêmicos estavam com matrícula ativa. Por meio da análise dos históricos escolares dos estudantes, também foi possível constatar que grande parte deles apresentava reprovação em diversas disciplinas, especialmente as do domínio comum, conforme indica o gráfico 1.

1 (...) resultante de um projeto de lei que tramitou por mais de uma década no Congresso, estipulava que até 2016 pelo menos 50% das vagas das instituições federais de educação superior fossem reservadas para estudantes de escola pública. Dentro deste percentual, também foram levados em conta a renda familiar e a autoclassificação racial, definindo um percentual de cotas para pretos, pardos e indígenas de acordo com a sua presença em cada unidade da federação, seguindo os dados do IBGE (HERINGER, 2021, p. 65).

2 O Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), representa, conforme definido na Resolução nº 33/CONSUNI/UFFS/2013 (alterada pela Resolução nº 89/CONSUNI/UFFS/2021), um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ensino, pesquisa, extensão e permanência na Universidade.

**Gráfico 1:** Índice de reprovações dos estudantes indígenas do *Campus* Erechim referente ao domínio comum no semestre 2015.1.



Fonte: Elaboração da autora, 2022

Nesse sentido, o apoio pedagógico assumiu centralidade como estratégia de ação do PIN no *Campus* para alicerçar a permanência dos estudantes indígenas na instituição e auxiliar no processo de ambientação dos estudantes no contexto universitário. Para isso, como marco inicial das ações, foi organizada uma lista com os estudantes que apresentavam maior índice de reprovação, para que fossem acompanhados de forma mais efetiva pela comissão local do PIN, ao longo de 2016 e atendidos no apoio pedagógico, por meio de encontros individuais e em grupo. Também foram realizadas, ao longo de 2015, diversas visitas às aldeias indígenas, especialmente pelos professores integrantes da comissão do PIN, Daniel Francisco de Bem e Valéria Esteves Barros, que buscaram contato com as lideranças, divulgando a universidade e as possibilidades de ingresso, além dos programas e auxílios que poderiam ser acessados pelos acadêmicos. Todo este conjunto de ações desenvolvido pelos membros da comissão nos primeiros anos de sua implementação, denota um comprometimento e esforço coletivo para garantir a presença indígena na universidade.

Marco deste esforço foi a organização da I Semana dos Acadêmicos Indígenas da UFFS – *Campus* Erechim, realizada nos dias 30/06 e 01/07/2016, cuja programação envolveu a participação direta do coletivo dos estudantes indígenas do *Campus* Erechim. A realização do evento representou um marco na conquista do direito à equidade e oportunidades de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior, dando visibilidade e, ao mesmo tempo, consolidando a presença indígena na universidade, enquanto segmento organizado em torno de um objetivo comum: o diploma universitário.

**Imagem 1:** I Semana dos Acadêmicos indígenas da UFFS – *Campus* Erechim – 2016.



Fonte: Acervo ASCOM - UFFS *Campus* Erechim, 2016.

Em 2019, a Comissão responsável pelo PIN no *Campus* Erechim foi reorganizada, passando a contar com novos membros. A partir da nova composição, foram desenvolvidas diversas ações, atendendo as orientações da resolução de implantação do programa na instituição e também procurando acolher as demandas dos indígenas. Além de ampliar o diálogo com os estudantes indígenas e suas comunidades, o desafio se concentrou, também, em produzir um planejamento de ações a partir das necessidades dos estudantes, objetivando, além de reduzir os índices de evasão e retenção, promover atividades que buscassem a garantia de igualdade de oportunidades e a efetivação do projeto de inclusão social que fundamentou a implantação do programa na universidade. A esse respeito, a próxima seção vai apresentar uma caracterização mais aprofundada das definições e ações desenvolvidas em torno do apoio pedagógico, como ferramenta basilar deste processo.

## APOIO PEDAGÓGICO: ENTRE DEFINIÇÕES E AÇÕES

Ao longo da última década o acesso ao ensino superior no Brasil foi marcado pela implementação de políticas educacionais que pautaram um conjunto de ações afirmativas objetivando processos equitativos de acesso à educação por meio de reserva de vagas, “a grupos que, historicamente, foram aliçados deste processo” (PALOMINO; CRUZ; DURÃES, 2020, p. 149). De acordo com os autores, “com a entrada desse novo perfil de estudantes aos cursos de graduação, novas demandas e desafios foram postos às instituições de ensino” (p. 149), considerando, entre outros aspectos, que estes grupos apresentam, em sua maioria, “trajetórias escolares não lineares” (HERINGER, 2020, p. 67). Nesse sentido, para a efetivação da permanência destes estudantes,

[...] torna-se necessário mobilizar diferentes tipos de políticas e recursos, a fim de que o sucesso acadêmico, isto é, a conclusão do curso dentro do tempo previsto para integralização do mesmo, seja de fato viabilizado. A permanência mobiliza dimensões simbólicas, culturais, acadêmicas e pedagógicas, que cada vez

mais tem se apresentado como centrais para que o percurso do estudante universitário não se caracterize pelo baixo desempenho, pelo desinteresse e, em última análise, pelo abandono do curso e evasão (HERINGER, 2020, p. 68).

Sendo assim, os processos de implementação de políticas de acesso ao ensino superior aos estudantes indígenas, por parte das instituições “demandam políticas públicas que promovam suporte social e pedagógico para que esses permaneçam nos cursos de graduação”. (PALOMINO, CRUZ, DURÃES, 2020, p. 155). Nesse sentido, o apoio pedagógico representa um mecanismo importante na busca pela conclusão da graduação com qualidade, contribuindo também para a redução dos índices de evasão, retenção e abandono dos cursos.

Do ponto de vista da legislação, o apoio pedagógico figura como uma das linhas de ação previstas no PNAES<sup>3</sup> para garantir melhores índices de aproveitamento nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior – IES públicas e contribuir com a ampliação das condições de permanência dos estudantes, somada ao acesso aos auxílios financeiros.

O apoio pedagógico representa também uma das atribuições das comissões do PIN, considerando o previsto na Resolução Nº 33/CONSUNI/UFFS/2013 (alterada pela Resolução 89/CONSUNI/UFFS/2021 ), que Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul, ao definir como uma das estratégias de permanência do estudante indígena na instituição, ações de apoio psico-sócio-pedagógico.

Neste cenário, o apoio pedagógico pode ser definido como um conjunto de ações orientadas para a organização e desenvolvimento de práticas de estudos de forma consciente e autônoma por parte dos estudantes, “tendo em vista a elaboração de aprendizagens autênticas, contínuas, planejadas e significativas”. (NOGUEIRA, MAGNAVITA, SANTOS, 2020, p. 121).

Referente a estas atividades, o apoio pedagógico é um serviço oferecido a todos os estudantes do *Campus* Erechim, com prioridade para estudantes indígenas e em vulnerabilidade socioeconômica. O apoio pedagógico pode ser solicitado pelo próprio estudante, por meio de agendamento individual feito nos canais de atendimento ou presencialmente. Pode ser solicitado também pelos professores, ao constatarem que algum estudante precisa de acompanhamento. Além dos atendimentos individuais e em grupo, também são realizadas oficinas, rodas de conversa, além de atividades vinculadas aos Planos de Acompanhamento<sup>4</sup> para manutenção dos auxílios para estudantes com situação de reprovação.

As ações propostas têm como objetivo proporcionar atividades coordenadas de apoio pedagógico que contribuam para a implementação de ações transformadoras da realidade dos estudantes, especialmente do ponto de vista da apropriação dos saberes universitários, com inspiração na dialética freireana de reflexão – ação,<sup>5</sup> para organizar uma proposta norteadora

---

3 De acordo com o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que institui o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

4 Conforme Resolução nº 10/CONSUNI CGAE/UFFS/2019 (alterada pela Resolução nº 34/CONSUNI CGAE/UFFS/2022).

5 Desenvolver o atendimento pedagógico dos estudantes pautado no processo dialético de reflexão-ação, procura em primeiro lugar obter o engajamento do estudante e o atendimento das especificidades individuais. Este processo fundamentado na participação busca promover a conscientização e a transformação da realidade por meio de uma perspectiva dialógica e crítica (FREIRE, 2003).

capaz de dinamizar o atendimento pedagógico na UFFS de forma a reduzir os níveis de evasão, retenção e abandono.

Os atendimentos são estruturados em dois momentos. O primeiro deles envolve a reflexão e é caracterizado pelo contato inicial com o estudante, no qual é realizada a anamnese, e diálogos sobre como é estruturada a organização dos estudos, gestão do tempo, procurando auxiliar o estudante a identificar as dificuldades e as questões que precisam ser ajustadas para que ele tenha um melhor desempenho acadêmico. O processo de reflexão deve ser conduzido de forma participativa, dialógica e crítica para que haja um processo de conscientização do estudante sobre a sua realidade educativa e para que possam ser planejadas ações transformadoras.

O segundo momento se refere à ação, no qual são traçadas, de forma conjunta com o estudante, ações concretas capazes de promover um melhor aproveitamento acadêmico, prevendo também o período de realização. Podem ser organizadas ações individuais e coletivas de planejamento, focadas especialmente na organização da rotina de estudos e na gestão do tempo, desde que materializem um conjunto de estratégias e atividades práticas que deverão ser realizadas pelo estudante ao longo do semestre e que sejam passíveis de verificação. Essas ações envolvem também, quando necessário, a mobilização de uma equipe multidisciplinar de profissionais, considerando que fatores de ordem emocional, social e econômica também afetam a aprendizagem, especialmente, no contexto pandêmico.

Partindo desta estrutura de organização do trabalho, na próxima seção serão apresentados e analisados alguns indicadores obtidos a partir da realização das atividades de apoio pedagógico com os estudantes indígenas.

## O APOIO PEDAGÓGICO EM AÇÃO: CAMINHOS DA PRÁTICA

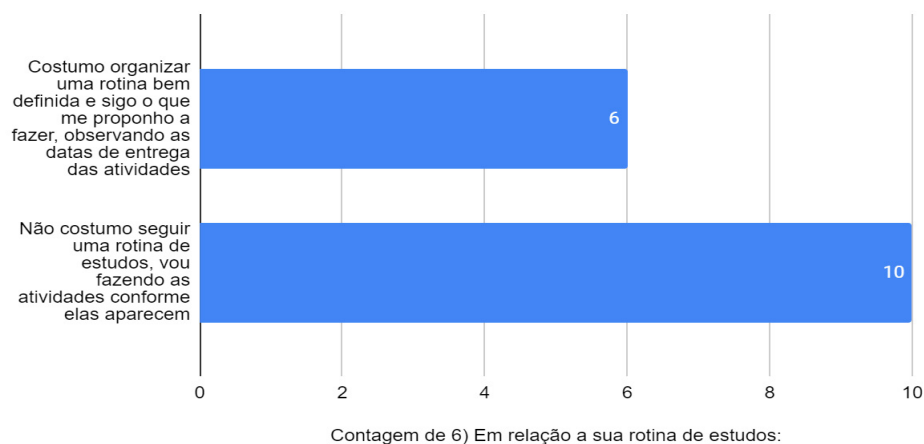
Todo o esforço empreendido na implementação da política de acesso aos estudantes indígenas ao ensino superior se retrata na significativa ampliação do número de matrículas deste público nos cursos de graduação, considerando que no primeiro semestre de 2015 havia 10 estudantes indígenas com matrícula ativa e, no primeiro semestre de 2022, o *Campus* Erechim contava com 237 estudantes indígenas com matrícula ativa. Ampliação que reflete o sucesso da implementação de mecanismos de ingresso, mas que comparado aos índices de reprovação, desistências e conclusão do curso no tempo previsto, indica ainda um grande desafio em torno da permanência e da ampliação do número de egressos, considerando que a taxa de matrícula ativa dos estudantes indígenas da graduação gira em torno de 67%.

Desse modo, os dados indicam que, se por um lado houve ampliação do ingresso de indígenas na universidade, “ainda é imprescindível dispensar esforços no aprimoramento das ações de permanência nas instituições de ensino superior, tanto materiais quanto pedagógicas” (BERGAMASCHI; DOEBBER; BRITO, 2018, p. 51).

Além destes indicadores de permanência, as ações de apoio pedagógico desenvolvidas evidenciam aspectos importantes a respeito dos modos pelos quais os estudantes indígenas estruturam seu processo de aprendizagem, em termos de organização dos estudos. Nesse sentido, conforme apresenta o Gráfico 2, a maioria dos estudantes indígenas que participou dos atendimentos pedagógicos no segundo semestre de 2021, não costuma seguir um cronograma de estudos.

**Gráfico 02:** Sobre a rotina de estudos na universidade.

Em relação a sua rotina de estudos:



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

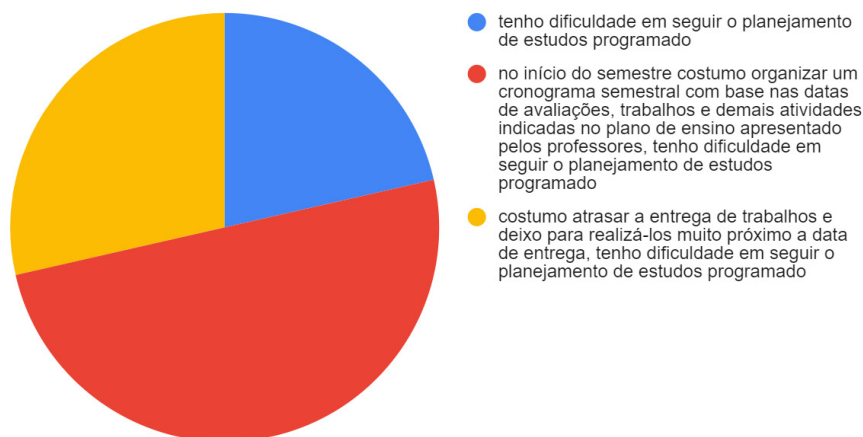
É importante referir que, conforme apresentam Nogueira, Magnavita e Santos (2020), as ações de apoio pedagógico desenvolvidas são “orientadas por um diagnóstico que apresente as necessidades de organização e desenvolvimento de práticas de estudo por parte dos estudantes” (p. 123), que considera a necessária reflexão sobre a relação do estudante com seu processo de aprendizagem. Pois,

A presença indígena no ensino superior promove a oportunidade de uma autorreflexão sobre o fazer da universidade, seu papel social e suas práticas pedagógicas, ainda hoje homogêneas. Essa presença sugere a possibilidade de avaliar os caminhos que a universidade pretende trilhar pautada por ações afirmativas, abrindo pequenas trilhas para que efetivamente diálogos interculturais ocorram (...) e nas quais não apenas os estudantes indígenas são reconhecidos em suas especificidades socioculturais, mas cada pessoa, cada grupo, é abrigado em um espaço comum de vida, em uma universidade aberta para a humanidade e cumpridora de seu papel social. (BERGAMASCHI; DOEBBER; BRITO, 2018, p. 50).

Neste direcionamento, a respeito dos processos de organização e gestão do tempo em relação à realização das atividades acadêmicas, a maioria dos estudantes costuma organizar um cronograma de estudos no início de cada semestre, mas tem dificuldade de cumprir o que se propôs a fazer, conforme apresenta o Gráfico 3.

**Gráfico 3:** Organização do tempo e atividades acadêmicas.

### Como você organiza o seu tempo em relação às atividades acadêmicas?



Fonte: Elaboração da autora, 2022

Sobre estes dados, é importante referir também que “o ato de aprender na universidade caracteriza-se pelo desenvolvimento do espírito crítico-reflexivo ao familiarizar-se a um campo semântico e de linguagens próprias” (NOGUEIRA; MAGNAVITA; SANTOS, 2020, p. 119). Para isso, os pesquisadores afirmam que

[...] é importante que exista um trabalho de apoio à aquisição dos códigos próprios ao ambiente acadêmico, para que os sujeitos possam reconhecer-se como autônomos(as) para interferir na (re)significação de tais códigos. O contrário desse reconhecimento configura-se como insucesso no ensino superior, podendo gerar realidades de retenção e/ou evasão (p. 121).

Quanto às principais dificuldades de aprendizagem na universidade, os estudantes indígenas que participaram de ações de apoio pedagógico no segundo semestre de 2021 consideram que as dificuldades em organizar a rotina de estudos, somadas ao acesso precário à *internet* e dificuldades financeiras, são os principais entraves para um melhor desempenho acadêmico, conforme indicado no Gráfico 4.

**Gráfico 4:** Principais dificuldades de aprendizagem na universidade.

Quais foram as suas principais dificuldades em relação à aprendizagem?



Fonte: Elaboração da autora, 2022

Tendo presente este conjunto de dificuldades apontadas,

[...] o reconhecimento dos estudantes indígenas universitários como sujeitos de pertencimentos culturais e políticos coletivos e não meramente individuais – é fundamental para problematizar a lógica de ingresso, permanência e sucesso no ensino superior.” (AMARAL; SILVÉRIO, 2016, p. 68).

Sendo assim, para os referidos autores, é fundamental considerar o “ duplo pertencimento – acadêmico e étnico-comunitário que os define” (p. 107), orientando ações pedagógicas considerando também que a permanência se “estabelece na medida em que se constituem relações de afetividade no processo de inserção no mundo acadêmico” (BERGAMASCHI; DOEBBER; BRITO, 2018, p. 50).

Nesse sentido, a importância das ações de apoio pedagógico desenvolvidas com os estudantes indígenas têm impacto positivo no aproveitamento das aulas, considerando o que é evidenciado no depoimento dos estudantes que participaram de atividades de apoio pedagógico no primeiro semestre de 2022.

O plano de acompanhamento deu para mim um impulso para eu continuar a fazer os trabalhos e a conseguir estudar. (Estudante 1). Acredito que o acompanhamento tem sido ótimo, e cada aluno reage à sua maneira e tempo, até mesmo na abertura de se sentir bem para admitir seus problemas e assim pedir ajuda. (Estudante 2). As atividades que foram propostas está ótimo, está me ajudando a conseguir fazer meus trabalhos e a minha rotina de estudos. (Estudante 3). O plano de acompanhamento tá sendo muito bom e as atividades tá sendo muito importante pra aprender mais e melhorar nas atividades desenvolvidas. (Estudante 4).



A avaliação dos estudantes em relação ao papel do apoio pedagógico no processo de organização dos estudos, reflete a necessidade de promover políticas envolvendo ações afirmativas orientadas para a permanência dos estudantes indígenas, considerando que, na UFFS *Campus* Erechim, os índices apontam para uma significativa ampliação do ingresso destes estudantes na universidade, contudo, os indicadores de permanência e conclusão dentro do tempo previsto assinalam uma preocupação com a implementação de ações no direcionamento de ofertar adequadas condições para que esse público, historicamente alijado do acesso ao ensino superior, consiga, de forma equitativa finalizar o curso.

Apesar da importância das ações de apoio pedagógico orientadas para os estudantes indígenas que têm sido desenvolvidas ao longo do processo de implementação das políticas afirmativas de ingresso e permanência no ensino superior na instituição, outras ações coordenadas são fundamentais. A esse respeito, assume centralidade a necessidade de somar a esses atendimentos ações como o fortalecimento do apoio materno infantil, ampliação dos recursos humanos e financeiros para atendimento a esse público e processos de formação continuada tanto para as comissões do PIN quanto para os docentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ampliação do acesso dos povos indígenas à universidade foi potencializado na UFFS pela implementação do PIN, o que mobilizou uma série de demandas em torno da permanência destes estudantes no ensino superior. Nesse sentido, as reestruturações em torno da legislação que ampara a implementação do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas na UFFS passou a voltar seu olhar também para a importância de garantir que os estudantes ingressantes possam permanecer na instituição e principalmente concluir o curso com qualidade, considerando que “a presença indígena no ensino superior oferece possibilidades de autorreflexão sobre as práticas pedagógicas da instituição de ensino superior e seu papel social” (BERGAMASCHI; DOEBBER; BRITO, 2018, p. 37).

Retomando os argumentos e dados apresentados ao longo deste texto, o apoio pedagógico desenvolvido junto aos estudantes do PIN do *Campus* Erechim, desenvolvido desde 2015, envolve um processo assinalado pela valorização da autonomia do estudante e inspirado na perspectiva dialética freireana da reflexão-ação (FREIRE, 2003). Assim, o apoio pedagógico se traduz em um espaço onde “os estudantes têm a oportunidade de refletir sobre a vida acadêmica, sobre suas aprendizagens, sobre suas potencialidades e fraquezas, sobre seus sonhos e projetos de futuro.” (NOGUEIRA; MAGNAVITA; SANTOS, 2020, p. 125).

Neste processo, é importante destacar também, conforme Paladino (2013), a “importância da multiplicação de núcleos de apoio dentro das universidades” (p. 110), no sentido de “acompanhar de forma qualificada a população indígena, em termos pedagógicos, culturais e políticos, de modo a garantir sua permanência e sucesso no ensino superior” (p. 110). A esse respeito, se destaca o trabalho essencial das comissões locais e da comissão geral no PIN na UFFS, considerando os esforços empreendidos ao longo dos 10 anos de implementação do programa, na construção de diferentes experiências de ingresso e de permanência dos povos originários na educação superior, “compondo uma rede de saberes e compromissos políticos

por uma universidade pública, gratuita, intercultural e, portanto, também indígena no Brasil” (AMARAL; GUERRA; OTA, 2016, p. 155). Esforço que se materializa nas ações já realizadas e no compromisso com a ampliação das políticas afirmativas para os povos indígenas na instituição nos próximos anos.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto do; SILVÉRIO, Déa Maria Ferreira. A Comissão Universidade para os Índios: desafios na política de educação superior indígena. *In*: AMARAL, Wagner Roberto do; FRAGA, Letícia; RODRIGUES, Isabel Cristina; LÁZARO, André. (Orgs.). **Universidade para indígenas: a experiência do Paraná**. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, p. 39-78, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patricia Oliveira. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista Estudos Pedagógicos**, nº 99, vol. 251, p. 37-53, 2018. Disponível em: <http://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337>. Acesso em: dia mês ano.

BRASIL. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010**. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 03 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013**. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de maio de 2013. Seção 1, p. 12. Disponível em: [http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389\\_2013.pdf](http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf). Acesso em: 01 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GUERRA, Maria José; AMARAL, Wagner Roberto do; OTA, Maria Inês Nobre. A experiência do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica dos Estudantes Indígenas na UEL. *In*: AMARAL, Wagner Roberto do; FRAGA, Letícia; RODRIGUES, Isabel Cristina; LÁZARO, André. (Orgs.). **Universidade para indígenas: a experiência do Paraná**. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, p. 137-156, 2016.

HERINGER, Rosana. Políticas de ação afirmativa e os desafios da permanência no ensino superior. *In*: DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; TOTI, Michelle Cristine da Silva; SAMPAIO, Helena; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. (Orgs.). Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 61-78, 2020.

NOGUEIRA, Ari Fernandes Santos; MAGNAVITA, Mariam Jalal Silvano; SANTOS, Messias dos. O Serviço de Apoio Pedagógico Como Política Institucional Para A Permanência E Sucesso De Estudantes de Graduação (Universidade Federal Do Oeste Da Bahia – UFOB). In: DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; TOTI, Michelle Cristine da Silva; SAMPAIO, Helena; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. (Orgs.). Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 105-128, 2020.

PALADINO, Mariana. Um mapeamento das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas no ensino superior. *In*: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; NABARRO, Edilson; BENITES, Andrea. (Orgs.). **Estudantes indígenas no ensino superior**: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 99-112, 2013.

# MONITORIA PIN: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO NA UFFS - CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL

Cristiano Augusto Durat  
Fabio Pontarolo  
Marciane M. Mendes

É inegável que nos últimos anos tivemos uma expansão do ensino superior no Brasil com a criação de novas universidades, principalmente pela sua interiorização, mas também se soma a isso, o aumento de oferta de vagas para populações historicamente excluídas da universidade pública. Nas últimas décadas, o governo brasileiro tem orientado suas políticas públicas no sentido de promover ações que retomam dívidas históricas e sociais com esses sujeitos, que ora apresentam avanços, ora retrocessos.

Neste sentido, mesmo com a implementação da Lei de Cotas nº 12.711/2012, que reserva vagas nessas instituições de ensino superior para “pretos, pardos e indígenas”, a presença desses grupos ainda carecem de outras políticas de ações afirmativas para incluir em seus quadros acadêmicos à sua presença efetiva. Entretanto, não apenas incluí-los, mas é necessário pensar em estratégias de permanência para esses grupos. No que diz respeito aos povos indígenas, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior publicado pelo *site* do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), em 2018, tínhamos 57.706 indígenas de diversas etnias frequentando o ensino superior brasileiro (INEP, 2018).

Vale a pena acrescentar que deste total, apenas 3.151 pertenciam à região Sul. Levando em consideração os processos de exclusão à que foram submetidos no passado, de acesso à educação básica como política do Ministério da Educação, podemos dizer que esses números são bastante positivos. A Constituição Brasileira de 1988 inaugurou uma nova fase de relações entre o estado brasileiro e as populações indígenas, principalmente, nas conquistas que esses grupos garantiram com o movimento indígena pressionando os deputados para suas demandas como educação, saúde e manutenção de seus territórios tradicionais. Como desdobramento da constituição, o Ministério da Educação assumiu a educação escolar indígena em suas áreas de atuação em 1991. Até aquele momento, os projetos educacionais desenvolvidos nas comunidades indígenas eram de responsabilidade da Funai ou de instituições religiosas, cujos objetivos estavam mais voltados para convertê-los à sua fé do que propriamente uma ação educacional formal.

Nesse sentido, os povos indígenas, a partir dos anos noventa, passam a lutar pelo acesso à educação, por entenderem que é por meio dela que se pode transformar uma sociedade e fortalecer sua comunidade, cultura e tradição. Em parte, essa luta repercutiu na inserção de estudantes indígenas tanto na educação básica, quanto na superior, sobretudo com a necessidade de formar professores indígenas para atuarem nas suas respectivas comunidades de origem e, assim garantir os preceitos constitucionais de uma educação bilíngue e diferenciada “ [...] e regulamentada pelo ordenamento jurídico subsequente, que inclui a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB, 1996) e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998)” (FAUSTINO; NOVAK; RODRIGUES, 2016).

Desde então, algumas universidades brasileiras buscaram incluir no ensino superior os povos indígenas, criando internamente políticas públicas de inclusão desses grupos em seus cursos de graduação e pós-graduação. As atuais políticas inclusivas têm possibilitado que diferentes grupos, dentre eles os indígenas, acessem a educação superior. Essas políticas, além de proporcionarem diferentes formas de acesso à universidade, também têm se preocupado em garantir a permanência e o desempenho acadêmico de todos os estudantes.

Pesquisas na área destacam que a primeira universidade federal brasileira a estabelecer ações afirmativas nessa modalidade foi a Universidade de Brasília - UnB, na forma de cotas para negros e vagas suplementares para indígenas. Destaca-se neste caso o fato de que a UnB implementou essa política a partir de resoluções próprias, a partir de seu Conselho Universitário.

A presença dos indígenas na universidade implica não só aceitar e conviver com um público diferente, mas também compreender e interagir com outras concepções/visões de mundo, de organização de sociedade e de existência humana e sua relação com a natureza. As dificuldades dos estudantes não se resumem apenas aos aspectos linguísticos ou conceituais, mas, também, na diferença cultural entre os próprios indígenas e, em particular, no que se refere à interferência desse fator no relacionamento dos indígenas com os não indígenas. Esses estudantes, em particular os da etnia Kaingang e Guarani - no caso da UFFS, *Campus Laranjeiras do Sul* -, na maioria das vezes, somente se relacionam com outros indígenas dessa mesma etnia, devido aos problemas de se expressar na Língua Portuguesa, fato esse que dificulta a interação.

Essa presença modifica a organização institucional e, também, temporal no que se refere ao currículo, uma vez que não se trata apenas do indígena se adaptar à universidade, mas essa se adaptar à dinâmica cultural que a presença indígena incorpora no espaço e tempo da comunidade universitária. Sobre esse aspecto, não basta apenas incluir os indígenas na universidade, é preciso ir além do “[...] reconhecimento e promoção de valores e visões de mundo diferenciados. Não se trata, portanto, de inclusão social apenas e sim da construção de uma outra universidade” (PERES, 2007, p. 43). A inclusão de estudantes historicamente marginalizados consiste no desafio para a reestruturação e a criação de novas estratégias metodológicas e relações de ensino e aprendizagem, para que de fato possamos incluir o estudante indígena em todo o processo formativo. A diversidade em relação às práticas didáticas surge a partir da construção institucional de um trabalho pedagógico comprometido com o ensino de graduação.

Esse panorama confirma os desafios impostos à educação superior na inclusão dos povos indígenas, onde é necessário refletir sobre as ações que podem contribuir com a sua melhoria, tanto para o alcance dos objetivos quanto às práticas educacionais, quanto para atender as necessidades e particularidades destes.

## MONITORIA PIN - PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

O Programa de Monitoria de Ensino da Universidade Federal da Fronteira Sul é um programa efetivado por meio de Projetos de Ensino, que tem por finalidade promover a aproximação com a prática docente no Ensino Superior e contribuir com a melhoria da qualidade de ensino e

aprendizagem nos cursos de Graduação, envolvendo docentes e discentes, na condição de orientadores e monitores, respectivamente.

A UFFS, desde o seu projeto de criação, tem se preocupado em desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão considerando o perfil social, econômico e cultural da população e as necessidades e demandas regionais. Nesse sentido, tem desenvolvido suas ações a partir do entendimento de que a universidade nasce da sociedade para ser um bem público a seu serviço. Essa intencionalidade propiciou pensar e elaborar uma ação específica para garantir a presença indígena destes jovens nos quadros da universidade, passando pelas condições de permanência, até a conclusão da graduação e pós-graduação.

Em junho de 2012 foi instituída pela reitoria da universidade, uma comissão composta por representantes dos 5 *campi* da universidade para elaborar a política de acesso e permanência dos povos indígenas na UFFS. A Comissão, criada pela Portaria nº 688/GR/UFFS/2012, tinha como responsabilidade apresentar uma minuta da política após um amplo debate com as lideranças indígenas, comunidade acadêmica e regional, instituições civis e jurídicas. Além de encontros mensais da referida comissão, foi realizado um seminário “I Encontro sobre a Diversidade na UFFS: políticas de inclusão indígena”, e reuniões junto às comunidades indígenas para debater os critérios e a forma de acesso e permanência dos indígenas, preservando o direito garantido na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, de garantir a participação indígena nos assuntos de seu interesse (OIT, 1989). Finalizada essa etapa, a comissão se reuniu novamente para sistematizar as sugestões, exclusões e inclusões na minuta que seria apresentada ao Consuni para apreciação e aprovação.

Em janeiro de 2013 a comissão protocolou o documento final ao presidente do Consuni para discussão junto aos demais conselheiros. A minuta entrou em discussão em dezembro de 2013, sendo aprovada com algumas mudanças em seu formato original. No mesmo dia foi publicada a Resolução nº 33/2013 – Instituído o “Programa de Acesso e Permanência dos povos indígenas na Universidade Federal da Fronteira Sul”, internamente conhecida como PIN (Programa Indígena) (RESOLUÇÃO nº 33, 2013).

A Resolução, em seu preâmbulo, explicita que o Programa Indígena, busca “promover os valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ensino, pesquisa, extensão e permanência na Universidade.”. Para cumprir com esse objetivo, o documento é composto por cinco capítulos nos quais apresenta algumas estratégias para sua inclusão, permanência, acompanhamento e avaliação da política. Embora seja pertinente analisar todos os pontos da Resolução, explicitamos, neste momento, os aspectos que tratam especificamente de sua justificativa e diagnóstico. Pois bem, no documento, em seu Capítulo III, art. 9º, são descritas sete ações prioritárias em que a universidade deverá garantir para a efetividade dessa política. Importa para este momento, o inciso I, que diz o seguinte: a universidade deverá garantir “apoio acadêmico (monitoria/tutoria/acompanhamento psico-sociopedagógico) estruturado em programas e projetos voltados para conteúdos e habilidades necessárias ao desempenho acadêmico e para aspectos relacionados ao processo de aprendizagem”. Desde seu 1º Processo Seletivo Exclusivo ocorrido em 2014, com ingresso em 2015, a comunidade acadêmica tem encontrado uma certa dificuldade em se relacionar com os estudantes indígenas. Em grande parte, por falta

de conhecimento sobre o modo de vida indígena, o que acaba gerando opiniões excludentes, discriminatórias e preconceituosas.

O projeto de uma Monitoria Indígena busca minimizar essas situações dentro do espaço universitário, além de criar estratégias de acesso, acompanhamento, permanência, bem como compreender os motivos das evasões e retenções. De acordo com informações presentes na Secretaria de Gestão Acadêmica, a grande maioria dos estudantes indígenas deixaram a universidade no primeiro semestre dos seus respectivos cursos por infrequência.

Os motivos que levaram os estudantes a abandonarem o ensino superior podem estar relacionados a diversos fatores. Entretanto, alguns se apresentam com maior intensidade. A principal dificuldade está relacionada ao sentimento de “estrangeirismo” vivenciado por esses estudantes junto aos demais estudantes do curso e no espaço universitário como um todo. O desconhecimento do modo de vida indígena acaba resultando em relações preconceituosas e excludentes. Entretanto, existem outras dificuldades didático-pedagógicas que precisam passar por um processo de revisionismo ou pelo menos que haja uma abertura maior para compreender como foi o processo de ensino-aprendizagem desse estudante na educação básica. Segundo o intelectual indígena Gersem Baniwa, um dos principais fatores para a não permanência do indígena na universidade é o desconhecimento de como esse estudante foi formado na educação básica, em que o projeto político pedagógico de uma instituição escolar indígena garante uma educação específica, bilíngue, intercultural e currículo diferenciado (BANIWA, 2019).

Os estudantes enfrentam vários problemas adaptativos, como a distância dos familiares, a dificuldade de inserção acadêmica por ser, muitas vezes, alheia e indiferente à presença indígena, a falta de sensibilidade e a incapacidade da universidade para trabalhar com a diversidade de forma inclusiva, além dos problemas financeiros e de moradia.

Portanto, a proposta de uma Monitoria Indígena se apresenta extremamente necessária para poder minimizar a evasão desses estudantes no ensino superior, criando espaços e encontros para discutir junto à comunidade acadêmica aspectos relacionados à sua cultura, identidade, organização social, educação escolar indígena, entre outros aspectos de formação humana. Outro dado que demonstra a necessidade dessa monitoria diz respeito ao aumento anual de indígenas ingressantes no *Campus Laranjeiras do Sul*. Apenas para o semestre 2022/01 tivemos o ingresso de 13 estudantes via processo seletivo exclusivo do PIN e outros 22 estudantes pelo processo seletivo do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo - Ciências Sociais e Humanas, que ocorre em regime de Alternância.[1]

A monitoria cumpre a função de complementar dos CCRs de inserção dos estudantes indígenas na rotina acadêmica, atuando nas questões de escrita acadêmica e no aperfeiçoamento do domínio das formas de acesso aos meios digitais na UFFS, como o acesso ao Portal do Aluno, Moodle e Webex, além da digitação de textos e produção de apresentações de trabalhos em *slides*.

Por outro lado, a monitoria também pode ser considerada como um programa de ensino, que se articula com a pesquisa e a extensão na universidade. Essa característica contribui para a formação docente do monitor. Ao discutir a docência universitária, Veiga (2006) considera a indissociabilidade entre esses três elementos. Assim, a participação dos monitores em um programa acadêmico de monitoria que articula ensino, pesquisa e extensão.

Desta maneira, a monitoria e, mais especificamente, a monitoria desenvolvida pelo PIN, é um programa de ensino caracterizado pela participação do estudante e orientadores em diversos projetos, a exemplo do Programa de Iniciação à Docência - PIBID, entre outros, que são desenvolvidos para apoiar o ensino de graduação. Assim, o programa de monitoria se coloca como estratégia que contribui significativamente com a qualidade do ensino.

Para tal, a monitoria PIN busca contribuir nos processos de aprendizagens multiculturais, desenvolver mecanismos étnicos, éticos e políticos de permanente vigilância para que a universidade não se torne instituição colonizadora e ameaçadora do direito dos povos indígenas e suas identidades étnicas.

Contudo, frente a essa situação, faz-se importante considerar que o ingresso e a permanência dos indígenas no espaço universitário e, conseqüentemente, urbano (no caso daqueles que passam a residir nas cidades) tornam-se desafiadores, devido ao fato de que, aos indígenas, passa a ser “necessário aprender, vivenciar e intercambiar diferentes perspectivas, concepções e experiências, o que acaba provocando a reflexão sobre sua identidade étnica”, como afirma Amaral (2010, p. 22).

Os povos indígenas têm uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar, distinta do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação. Nos processos que produzem sua existência vão também se produzindo como seres humanos.

A universidade pode, nesse sentido, ser um espaço de fortalecimento de identidades coletivas, de fortalecimento de lutas, de apropriação da história vivida individual e coletivamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que no Brasil vem se constituindo uma política de inclusão de indígenas nas universidades públicas, configurada no âmbito das chamadas ações afirmativas, no entanto, percebemos que estamos longe de vê-las modificadas meramente com a inserção de novos sujeitos sociais. O acesso ao Ensino Superior é, notoriamente, uma conquista que se soma às demais reivindicações das comunidades indígenas, sobretudo as relacionadas à luta pela ampliação de suas terras, à melhoria da saúde, entre outras. E, com isso, as instituições de Ensino Superior experienciam receber estudantes indígenas, até então tratados como o outro, distantes dos espaços acadêmicos e das vicissitudes sobre a temática, expressando o distanciamento com relação à questão indígena.

Assim, se compreende que a universidade indica a necessidade de reconhecer este movimento, passa a conviver com outras perspectivas, e não mais com situações de exceção. Suas práticas requerem superar a falta de preparo, de formação para o convívio com as diferenças socioculturais dentro das universidades, e também a necessidade de afirmar a diversidade dos seus projetos de “outros” projetos possíveis.

O Programa de monitoria, como discutido neste texto, aborda o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da UFFS, que se constitui em instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial,



mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. As discussões acerca da inclusão dos indígenas na universidade têm sido um grande desafio para professores, comunidades indígenas e governo.

Para garantir a permanência do estudante indígena ingressante na Universidade o programa aborda as seguintes ações: apoio acadêmico; atenção à formação político-social do acadêmico; promoção da educação das relações étnico-raciais a estudantes, docentes e técnicos-administrativos nos diferentes âmbitos da vida universitária; celebração de convênios e parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais; apoio financeiro; adoção de uma política de moradia estudantil. Como forma de garantir o bom andamento do programa, para fins de acompanhamento das ações implementadas, foram constituídas uma comissão geral e uma comissão local em cada *campi*. O histórico de lutas e enfrentamentos realizados pelos indígenas se reflete também no seu processo educativo.

Enfim, salienta-se que o programa de monitoria PIN apresenta saberes próprios, saberes da monitoria, assim nossa experiência contribui para ampliar o conceito de monitoria ao mesmo tempo que fortalece a concepção do programa como experiência de docência no ensino universitário.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto Do; SILVEIRA, D. M. F. . A Comissão Universidade para os Índios: desafios e avanços na política de educação indígena. *In*: Wagner Roberto do Amaral; Letícia Fraga; Isabel Cristina Rodrigues. (Org.). **Universidade para indígenas: a experiência do Paraná**. 1ed. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, v. 1, p. 39-77, 2016.

AMARAL, Wagner R. As trajetórias dos estudantes Indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos. Tese de doutorado. Curitiba: UFPR, 2010.

BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Editora Mórula, Laced, 2019.

BATTESTIN, Claudia; PIOVEZANA, Leonel; ALEJANDRO SANTOS, Jorge. A Formação enquanto espaço de empoderamento e representatividade da cultura indígena Kaingang no oeste de Santa Catarina, Brasil. *In*: MATO, Daniel. Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina Las múltiples formas del racismo. La ed.= Sáenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 149-162, 2020.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patricia Oliveira. **Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência**. Rev. Bras. Estud. Pedagog., Brasília, v. 99, n. 251, p. 37-53, jan. 2018. Disponível: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337>. Acesso em: 26 mar. 2020.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; CARVALHO, Luis Felipe dos Santos; RIBEIRO, Gustavo Lins. (Org.). **Interculturalidade(s):** entre ideias, retóricas e práticas em cinco países da América Latina. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia; Contra Capa, 2018.

NASCIMENTO, Adir Casaro; AGUILERA URQUIZA, Antonio; SANTOS LANDA, Beatriz; MAGNO N. Vieira, Carlos. Educação Superior e Povos Indígenas no Brasil. *In*: Mato, Daniel. **Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina Las múltiples formas del racismo**. La ed.=Sáenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, p. 121-135, 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes**. Convenção 169, de 27/06/1989. Disponível em: <http://www.ilo.org>. Acesso em: 26 mar. 2020.

PERES, Sidnei C. Ação afirmativa e direitos culturais diferenciados – as demandas indígenas pelo ensino superior. *In*: LIMA, A. C. de S.; BARROSO-HOFFMANN, M. (Orgs.). **Seminário Desafios para uma Educação Superior para os Povos Indígenas no Brasil: Políticas Públicas de Ação Afirmativa e Direitos Culturais Diferenciados**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/LACED, p. 42-60, 2007.

RODRIGUES, ISABEL CRISTINA;NOVAK, M. S. J.;FAUSTINO, R. C. Síntese sócio-histórica dos Kaingang, Guarani e Xetá e relação com o ensino superior. *In*: AMARAL, W. R. do; FRAGA, L.; Rodrigues, I. C.; Lázaro, A.. (Org.). Coleção estudos afirmativos, 8: **Universidade para indígenas: a experiência do Paraná**. 1ed. Rio de Janeiro-RJ: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, v. 1, p. 17-38, 2016.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. Conselho Universitário. Resolução nº 33/2013 – CONSUNI. Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó-SC, 12 de dezembro de 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Docência Universitária na Educação Superior. *In*: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (Orgs.). **Docência na Educação Superior**. Brasília: INEP, 2006. (Coleção Educação Superior em Debate, v. 5).

[1]A Alternância é caracterizada pela articulação planejada entre os dois tempos formativos que atravessam a vida do acadêmico, o Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC). Para ingressar nesse curso os estudantes passam por um processo seletivo específico organizado pelos professores que atuam no curso. Por ser em alternância muitos indígenas buscam essa modalidade de ensino. Desde 2013 até 2022, treze indígenas Kaingang e Guarani concluíram seus estudos para atuar como docentes em suas terras indígenas de origem. O PIN teve papel fundamental na permanência desses estudantes durante seu processo formativo.

# ANÁLISE DO PROCESSO SELETIVO DOS INDÍGENAS NA UFFS

Maria Alice Canzi Ames

## INTRODUÇÃO

Este artigo busca situar como ocorre o processo seletivo exclusivo dos indígenas na Universidade Federal da Fronteira Sul, especialmente a partir do fenômeno da pandemia, o qual exigiu a busca de novos instrumentos e tecnologias, a partir da visão dos avaliadores.

Analisar-se-á o processo seletivo a partir de alguns pontos que chamaram a atenção dos avaliadores, nos últimos dois anos. As reflexões se amparam em Edgar Morin e Gersom dos Santos Luciano Baniwa (que é um autor indígena). Espera-se com isso, contribuir para que o processo se torne transparente e inclusivo a cada fase.

## CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO E METODOLOGIA

Com o aparecimento da pandemia do Coronavírus foi necessário criar uma metodologia para selecionar os candidatos, que diminuísse os contatos, evitando maior proliferação e mortes. Assim sendo, nos anos 2021 e 2022, a seleção foi realizada em duas etapas. A primeira, consistia em uma carta escrita, onde o/a candidato/a poderia apresentar-se e explicar as motivações de suas escolhas tanto de curso quanto da universidade. Tendo sido aprovado na parte escrita, passaria para a segunda etapa, a qual consistia em participar de uma entrevista individual online, com horário pré definido, via sistema webex. Essa etapa também tinha o objetivo de perceber a clareza de argumentação e linguagem, buscando perceber a motivação para o acompanhamento das aulas até a conclusão de um curso.

Para acompanhar essas duas etapas foram constituídas duplas de docentes para avaliar as cartas de intenções e posteriormente, dialogar com os candidatos, atribuindo uma nota para cada etapa e gerando a média final. Também foi constituído um grupo no whatsapp, com todas as pessoas que trabalhavam simultaneamente no processo, para ir sanando dúvidas que surgiam e trocar experiências.

Os principais critérios avaliados foram: a capacidade de se comunicar e compreender em Língua Portuguesa (independente da variedade linguística adotada), bem como a desenvoltura (desenvolvimento de tópicos solicitados) e o comprometimento com a comunidade de origem (projetos pessoais e coletivos).

## ANÁLISE DE ALGUNS PONTOS DECORRENTES DO PROCESSO SELETIVO

Foi um processo de muitas aprendizagens para todas as pessoas envolvidas. Os povos indígenas estão se integrando cada vez mais na cultura da sociedade global, conseguindo acompanhar a inclusão digital. Alguns mais distantes, tinham maior dificuldade com o sinal da *internet* para a entrevista. Outros também apresentavam dificuldade de compreensão da fala e das perguntas elaboradas. Houve uma pluralidade de interesses por cursos e diversidade de engajamentos, com desejos de retornar a seus povos depois de formados/as. Tivemos inscritos desde comunidades próximas, mais urbanizadas, como São Valério, Redentora, Ronda Alta, Nonoai, no Rio Grande do Sul, até de comunidades de Rondônia e do Amazonas.

O acesso aos recursos tecnológicos da informação e da comunicação precisa ser aperfeiçoado e acompanhado de outras políticas sociais de forma adequada e articulada, para dar conta de todas as dimensões e formas de organização da vida desses povos. Tivemos casos em que o estudante ficou horas tentando entrar e não conseguia nos ouvir. Por outro lado, foi interessante perceber que alguém conseguia conversar conosco no meio da floresta. E ainda fez um “rap” para falar da importância de entrar no curso que ele desejava: engenharia ambiental. Também aproveitou para fazer *merchandising*: tem “raps” no Youtube para lutar contra o desmatamento e fazer resistência às suas pautas de luta. Com esse exemplo, percebe-se que há uma diversidade grande entre os indígenas: esse que é capaz de legislar em causa própria, mas tem aquele que tem muita dificuldade de responder a uma pergunta simples.

A preocupação maior que transpassava nas entrevistas sempre era o da moradia estudantil. A UFFS oferece vários auxílios econômicos, mas, havia uma preocupação que ultrapassava o simples auxílio. Como garantir esse acompanhamento, não apenas o auxílio, mas a mediação com o espaço onde irão ficar? Como realizar os contatos iniciais de uma cultura distante com as culturas locais? De acordo com os candidatos, seria interessante que a UFFS garantisse um espaço para que os estudantes fiquem juntos, em um mesmo local, para facilitar a socialização. Se não há recursos para a casa do estudante, que seja uma organização de moradia negociada, quem sabe. Essa convivência coletiva é importante para garantir a permanência dos indígenas na universidade, pois assim diminuiria a saudade de casa e os mais espontâneos poderiam auxiliar os mais tímidos a se socializarem.

Ao iniciar a entrevista era obrigatório que o candidato/a abrisse a câmera e apresentasse um documento de identidade, para que a banca pudesse gravar e provar que era ele mesmo que estava realizando. Inúmeras situações foram observadas. Daqueles que conseguiram realizar a entrevista, percebemos, mesmo que pela rápida interação, que alguns possuem forte vinculação com seu sistema de parentesco e hierarquia. Isso era possível de ser captado pela obediência a “vozes” que diziam o que eles deveriam repetir ou ler, para o que a banca perguntava. Já outros, possuíam maior integração com a sociedade nacional, demonstrando na aparência, o uso de aparelhos ortodônticos; cabelos e sobancelhas da “moda”.

Teve um caso que chamou muito a atenção, pois percebemos que a entrevistada estava falando no meio da comunidade, com muitos “ecos”, sem privacidade. Ela solicitou um minuto de tempo para se deslocar a um espaço que não havia barulho. Então pode nos contar que o

marido a abandonou com dois filhos. Ninguém na sua comunidade possui graduação. Por isso ela deseja demonstrar para a família e comunidade que ela é capaz. A mãe se responsabilizou em cuidar dos filhos até ela se formar. É um exemplo de grande motivação, por ser de Belém do Solimões, no Amazonas. De exemplo em exemplo vamos nos dando conta da pluralidade de mundos e o quanto precisamos nos articular para termos atitudes mais acolhedoras e menos discriminatórias.

Das comunidades mais distantes, nos interiores de Rondônia e Amazonas, o uso das tecnologias, às vezes era dificultoso, o fuso horário também confundiu o horário das entrevistas para alguns, que entraram uma hora antes. Apontaram a dificuldade de estudar, pois precisam ir de barco de um lugar para outro para ampliar o conhecimento. A escolha pela UFFS foi porque ouviram de “parentes que já estão estudando”, o quanto a instituição é acolhedora e que encontram muita ajuda por parte dos professores nesse processo. É muito bom ouvir isso, saber que estamos contribuindo com uma gota no oceano, para torná-los melhor.

Por isso, a importância de pensar novas propostas que dêem conta dos anseios indígenas e que nos realimentem na luta por uma educação menos discriminatória, e mais articulada interculturalmente com os diferentes mundos em que vivem os povos indígenas contemporâneos. Na UFFS temos os projetos de Monitorias para o público-alvo, em que podemos afirmar que é um espaço de aprendizados mútuos e fortalecimento para que eles queiram retornar a suas comunidades de origem.

Por meio de iniciativas e espaços como estes que estamos vivenciando, vamos abolindo preconceitos e estereótipos e possibilitando a construção de convivência fraterna em diferentes sociedades. Precisamos nos educar para vivermos juntos, não basta pensar ações para incluir os diferentes. Precisamos trabalhar muito os sete saberes necessários à educação do futuro, que Edgar Morin nos deixou como legado. Fazer desses saberes nossos pilares de ação transversais a todas e todos nós. Para lembrar o que é tão importante nesses saberes, cito algumas palavras: Ensinar a condição humana – a unidade e diversidade; Ensinar a identidade terrena; Enfrentar as incertezas – os desafios e estratégias; Ensinar a compreensão e os obstáculos à ela: as cegueiras; o espírito redutos; o etnocentrismo; a história criadora e destruidora; Ensinar a tolerância; a complexidade humana; a esperança; a dialogicidade; a ética.

Se não nos trabalharmos como comunidade humana, que inclui os diferentes, acabamos expulsando-os, por mais que se tenham ações inovadoras, pois o preconceito está diluído entre nós. Quando menos esperamos, somos surpreendidos por alguma reação estereotipada ou discriminatória. Por isso não basta constar na lei a iniciativa de inclusão; nem constar no currículo como temas transversais. É preciso ter a consciência humana bem eticizada.

O autor indígena Baniwa (2006: 232) escreve que:

Um mundo que se autodefine como moderno e civilizado não pode aceitar conviver com essa ausência de democracia racial, cultural e política. Como se pode ser civilizado se não se aceita conviver com outras civilizações? Como se pode ser culto e sábio se não se conhece – e o que é bem pior – não se aceita conhecer outras culturas e sabedorias? Enquanto isso não acontece, continuamos convivendo com as contradições em relação aos povos indígenas,

as quais podemos resumir na atualidade em três distintas perspectivas sociais.

A primeira perspectiva está ligada, segundo Baniwa, à visão romântica sobre os índios. Ingênuo, incapaz de compreender o mundo branco com suas regras e valores. O índio precisaria ser protegido como um filho, para sobreviver. A segunda estaria ligada à visão de animal bárbaro, cruel. Por isso, justificar-se-ia a violência e extinção desses povos. Também por interesses econômicos.

A terceira é uma visão mais cidadã, civilizada do mundo moderno, a partir da constituição de 1988. Essa visão concebe os índios como sujeitos de direitos: “os povos indígenas ganharam o direito de continuar perpetuando seus modos próprios de vida, suas culturas, suas civilizações, seus valores, garantindo igualmente o direito de acesso a outras culturas, às tecnologias e aos valores do mundo como um todo” (BANIWA, 2006, p. 234).

Foi possível perceber essas contradições a partir dessa metodologia estabelecida nestes dois últimos processos seletivos. Percebemos que alguns ainda estão ligados à primeira perspectiva: captamos isso pelo comportamento que algumas lideranças tiveram no processo, por vezes, escrevendo a carta pelo candidato, por outras, querendo falar por ele. A segunda perspectiva não apareceu no processo seletivo, mas está nos jornais diários: a forma como comunidades são expulsas de seus territórios, em nome da exploração de minérios, madeiras, terras. A terceira perspectiva é o que nós, como instituição universitária, desejamos: contribuir para a construção de cidadãos atuantes e protagonistas de suas histórias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relatamos como ocorreu o processo seletivo dos povos indígenas junto à Universidade Federal da Fronteira Sul, nos últimos dois anos. Contextualizamos a necessidade do uso de novas tecnologias e principais dificuldades diante do cenário da pandemia do coronavírus. Analisamos alguns pontos que mais chamaram atenção, a partir dos critérios utilizados para a avaliação. Destacamos as principais perspectivas teóricas que ajudam a compreender as posturas diante dos povos indígenas e a importância de nos educarmos para vivermos juntos como cidadãos que habitam uma mesma casa-lar: o planeta terra.

## REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersom dos Santos Luciano. **Tudo o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação; ONU: UNESCO, 2006.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

# OS ESTUDANTES INDÍGENAS E OS DESAFIOS DA VIDA UNIVERSITÁRIA: ENTRE O SONHO E A REALIDADE NA UFFS -*CAMPUS REALEZA*

Andréia Florêncio Eduardo de Deus

## INTRODUÇÃO

A vida de estudante universitário não é tranquila, entre escolhas, mudanças e descobertas o estudante se vê envolto em uma nova realidade. Ainda que tenhamos vivenciado uma expansão expressiva de oferta de ensino superior gratuito no país nas últimas décadas, distanciar-se da família e do seu local de origem para estudar ainda é uma realidade para muitos estudantes.

Se para determinados grupos sociais o acesso ao ensino superior é um desafio a ser enfrentado para outros, ainda é um direito a ser conquistado, dentre estes os povos indígenas. A partir de Lei nº 12.711 conhecida popularmente como a lei de cotas, implementada em 2012, o número de estudantes indígenas nas universidades brasileiras têm crescido exponencialmente, aliado também ao desmembramento do ensino superior brasileiro realizado por meio do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), criado em 2007, que ampliou vagas e criou novas instituições de ensino superior num processo de interiorização do ensino superior até então concentrado nos grandes centros.

Nascida em 2010 a partir deste processo de reestruturação do ensino superior brasileiro a Universidade Federal da Fronteira Sul, instituiu por meio da Resolução nº 33/CONSUNI/UFFS/2013 o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas. O PIN representa em sua essência a democratização da educação brasileira em todos os níveis, uma vez que formando profissionais indígenas estes levarão para suas comunidades novas perspectivas de vida a uma população esquecida no processo de evolução social do Brasil.

Porém, o caminho não é tranquilo. A UFFS é uma instituição de ensino superior com características peculiares, dentre elas destacamos o formato multi-estado. Presente nos três estados que compõem a região Sul do Brasil a instituição tem o privilégio de conviver com estudantes indígenas de diferentes comunidades e etnias e também os desafios de congregar diferentes culturas.

Neste texto apresentaremos os caminhos percorridos até aqui por estudantes indígenas e profissionais da instituição para a implementação do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) e a inserção destes estudantes na UFFS *Campus Realeza*.

## OS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ E NO CAMPUS REALEZA

O estado do Paraná conta com 23 terras indígenas, a predominância é do povo Kaingang que representa cerca de 70% dos indígenas, seguidos do povo Guarani que representam 30% da população indígena no Estado. Ainda há distribuídas nas 23 comunidades indígenas na localidade, indivíduos originários dos povos Xetá e Xokleng, conforme indicado no quadro 1.

Quadro 1: Etnias indígenas presentes no estado do Paraná.

Etnia	Nº aproximado de indivíduos no estado do Paraná
Kaingangue	9120
Guarani	4000
Xokleng	30
Xetá	Não há informações sobre o nº de indivíduos no Estado.

Fonte: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2022

Segundo a pesquisadora Carmen Lucia da Silva (1998), os Xetás foram a última etnia no Estado do Paraná a ter contato com a sociedade não indígena, porém, como demonstram os dados, também foram os que chegaram mais próximo e rapidamente ao quase que extermínio total. Hoje os descendentes do Xetás, já miscigenados com Kaingangs e Guaranis, vivem em comunidades nos estados o Paraná, santa Catarina e São Paulo. Em 1997 os oito remanescentes da etnia Xetá no estado foram reunidos em um encontro na cidade de Curitiba.

As 23 comunidades indígenas no Paraná estão localizadas em diferentes municípios sendo a maioria Kaingangs e Guaranis, conforme dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) sistematizados no quadro 2.

Quadro 2: Comunidades Indígenas no Paraná.

TERRA INDÍGENA	ETNIA	MUNICÍPIO
Apucarana	Kaingang	Londrina
Ava-Guarani do Ocoi	Guarani Kaiowa	São Miguel do Iguaçu
Barão de Antonina	Kaingang	São Jeronimo da Serra
Boa Vista – PR	Kaingang	Laranjeiras do Sul
Cerco Grande	Guarani	Guaraqueçaba
Faxinal	Kaingang	Cândido de Abreu
Herarekã Xetá	Xetá	Ivaté
Ilha da Cotinga	Guarani	Paranaguá
Ivai	Kaingang	Pitanga, Manoel Ribas
Laranjinha	Guarani, Kaingang	Santa Amélia, Abatiá
Mangueirinha	Guarani, Kaingang	Mangueirinha, Coronel Vivida, Chopinzinho
Marrecas	Kaingang	Turvo, Guarapuava
Palmas	Kaingang	Abelardo Luz (SC), Palmas
Pinhalzinho	Guarani	Tomazina



Queimadas	Kaingang	Ortigueira
Rio Areia	Guarani	Inácio Martins
Rio das Cobras	Guarani, Kaingang	Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu
Sambaqui	Guarani	Pontal do Paraná
São Jerônimo	Xetá, Guarani, Kaingag	São Jerônimo da Serra
Tekoha Añetete	Guarani	Diamante do Oeste
Tekoha Itamarã	Guarani Nhandeva, Guarani Mbya	Diamante do Oeste
Tibagy/Mococa	Kaingang	Ortigueira
Yvyporã/Laranjinha	Guarani Nhandeva	Cornélio Procópio, Ribeirão do Pinhal, Abatiá

Fonte: Fundação Nacional do Índio – FUNAI, 2022

Apesar do Programa de Acesso e Permanência dos Povos indígenas (PIN) ter sido instituído na universidade no ano de 2013, o *Campus Realeza* tem matrícula de estudante declarado indígena desde de 2011, trata-se de uma estudante não mais aldeada que acessou a instituição pelo processo seletivo regular. A primeira estudante ingressante pelo PIN chegou ao *Campus* no ano de 2016. Entre 2011 e 2022 o *Campus Realeza* registrou 39 matrículas de estudantes indígenas, atualmente são 15 matrículas ativas.

A maioria dos estudantes estão no curso de Nutrição 6, no curso de Medicina Veterinária são 4, também 4 no curso de Letras e um o curso de Física.

O cenário de pandemia a que o mundo foi submetido proporcionou mudanças estruturais nos sistemas da universidade, como o processo seletivo e matrículas *on-line*, este formato mudou também o perfil do estudante indígena que procura a UFFS. Nos anos de 2021 e 2022 o *Campus Realeza* assim como os demais recebeu um grande número de candidatos das regiões norte e nordeste do país, principalmente, do estado do Amazonas. O *Campus* tem hoje no seu quadro discente, estudantes indígenas das cidades amazonenses de Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Santo Antônio do Iça e Benjamin Constant. Que se juntam a estudantes de Comunidades Indígenas da região Sul como de Ronda Alta no Rio Grande do Sul, Mangueirinha e Planalto no Paraná.

Tal cenário faz da UFFS um espaço de diversidade cultural e de oportunidade de aprendizado relacionado aos povos originários. Porém, os altos índices de evasão e retenção demonstram que ainda há muito o que se aprender para que estes estudantes possam se desenvolver no curso e chegar a tão sonhada formatura, no tópico a seguir trataremos das principais dificuldades encontradas pelos estudantes indígenas, da vivência com outras culturas, o preconceito na cidade e a inserção na vida universitária.

## O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA VIDA: DA COMUNIDADE A UNIVERSIDADE

A educação transforma vidas, tal frase que retrata a realidade já vivenciada por tantas pessoas, é para as comunidades indígenas muito mais do que mudança, é esperança de vida. Os dados aqui apresentados foram constituídos a partir de levantamentos realizados no

Sistema de Gestão Acadêmico (SGA), e, também, de conversas realizadas, mensalmente, pela comissão local do PIN com os estudantes indígenas do *Campus Realeza*. As análises produzidas compreendem as reuniões realizadas no primeiro semestre letivo de 2022, ou seja, de maio a setembro, e também da condição existente no SGA no segundo semestre letivo de 2022.

Os encontros acontecem uma vez por mês, sempre no fim da tarde, entre o período vespertino e início do período noturno. Tal horário se apresentou mais eficiente uma vez que é possível assim contemplar os estudantes de ambos os turnos, sem que estes falem às aulas para participar dos encontros. Os registros desses encontros foram feitos no formato de diário de bordo, tal instrumento permite reflexão da prática desenvolvida (PORLÁN; MARIN, 1997).

Os encontros nos permitem a aproximação como os estudantes indígenas e estabelecimento de uma relação de confiança, que demonstra ser um elemento essencial para o desenvolvimento acadêmico desses estudantes. Eles, assim como outros, passam por um processo de transformação da vida que se inicia com a entrada na universidade, tal caminho origina-se no processo seletivo. Esta etapa mesmo real ainda é subjetiva, a incerteza da aprovação mantém a universidade no campo dos sonhos.

Uma vez aprovados, inicia-se o processo de mudança, muitos deles precisam deixar suas comunidades e até mesmo seu estado de origem para cursar o ensino superior. Nesta etapa, os estudantes vivem um dos momentos mais difíceis do processo, a saída da comunidade e o distanciamento da família agora é real.

As incertezas e as condições financeiras muitas vezes acabam levando o futuro estudante a desistir ainda antes do curso iniciar. No quadro 3 são apresentados os números referentes às matrículas eliminadas, canceladas e trancadas no *Campus Realeza* entre 2016 e 2022, ou seja, estudantes indígenas que efetuaram a matrícula, mas que não iniciaram o curso.

Quadro 3: nº de estudantes que realizaram matrícula, mas não iniciaram o curso no *Campus Realeza* entre 2016 – 2022.

Situação de matrícula	Quantidade
Trancada[2]	4
Cancelada[3]	15
Eliminada[4]	5
Total	24

Fonte: Sistema de gestão acadêmico (SGA), 2022

Nos números apresentados encontram-se candidatos que realizaram o processo seletivo e a matrícula em mais de um ano, porém, não iniciaram o curso em nenhum deles. Tal fato pode ser interpretado como um desejo de cursar o ensino superior, porém, condições familiares, financeira, dentre outras, o impossibilita de dar sequência no curso escolhido.

Para aqueles que chegam até a universidade, os primeiros dias na cidade é uma batalha a ser enfrentada. Historicamente o ser humano tem receio daquilo que não conhece, os estereótipos criados sobre os indígenas ainda têm ligações primeiro com o desconhecimento da cultura destes povos e do processo histórico que os permeia. Segundo, numa visão reducionista

2 Situação em que o estudante interrompe o curso por um ou mais período, mas mantém o vínculo.

3 Situação em que o estudante não renova matrícula ou o trancamento e assim perde o vínculo.

4 Situação em que o estudante não comparece nos primeiros cinco dias de aula e não apresenta justificativa.

e preconceituosa, ou seja, para a comunidade local os indígenas não têm a mesma capacidade intelectual que os não indígenas.

Transformar esta percepção arcaica é um dos desafios a ser enfrentado tanto pelos estudantes quanto pela universidade. Um exemplo deste desconhecimento cultural e social é a dificuldade com o aluguel de imóveis, todo início de ano letivo a comissão do PIN precisa intervir com a comunidade para que os estudantes indígenas consigam alugar um imóvel.

Também nos muros da universidade o ideário da comunidade acadêmica sobre os estudantes indígenas reflete a sociedade. As dificuldades com a língua falada e, principalmente, escrita é uma das principais barreiras a serem enfrentadas pelos estudantes.

Num processo de desaculturação dos povos indígenas um fator marcante é o desaparecimento da língua, e um dos motivos para tal realidade pode ser a “impossibilidade do uso das línguas indígenas nos ambientes públicos, tornando o mesmo restrito aos domínios domésticos e familiares” (IPHAN, 2020, p. 91), e uma vez na universidade o esforço é para dominar a língua portuguesa e assim conseguir se desenvolver no curso. Imersos na rotina da comunidade e na cultura de grupo, os estudantes encaram as individualidades cada vez mais presentes na cultura não indígena: “Eu achei que ia fazer amigos mais fácil” (Estudante indígena, 2022).

Na mesma direção ocultam seus saberes temendo a não aceitação conforme mencionado no excerto da estudante do curso de nutrição “eu não tenho falado nada sobre as comidas que a minha mãe fazia, e que eu ainda faço quando vou lá [na comunidade], porque elas vão ficar com nojo, ainda mais na nutrição ...” (Estudante indígena, 2022).

De forma geral, no âmbito dos cursos os problemas se apresentam de diferentes formas. Da análise do diário de bordo emergiram três categorias principais que se referem às dificuldades explicitadas pelos estudantes no âmbito do curso. No quadro 3 foram sistematizadas tais categorias, relativas à língua, à cultura e ao desempenho acadêmico.

Quadro 3: Dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas;

Relativas à língua	Relativas à cultura	Relativas ao desempenho acadêmico
Conceitos	Meios de vida	Relações interpessoais
Escrita acadêmica	Questões religiosas	Trabalhos em grupos
Leitura acadêmica	Estereótipos	Apresentação de trabalho
Compreensão da língua escrita	Aceitação	Acesso e manuseio de aparato tecnológico

Fonte: Diários de bordo (elaboração da autora), 2022

As dificuldades indicadas se fazem presentes na rotina dos estudantes indígenas nas questões relativas à língua, onde para além da escrita acadêmica a Língua Portuguesa falada também é um problema, ações de apoio pedagógico são desenvolvidas na instituição com vistas a diminuir tais problemas, da mesma forma as questões relativas ao desempenho acadêmico. O maior desafio refere-se às questões relativas à cultura apontadas pelos estudantes, nesta categoria (ainda que nas outras também estejam), se apresenta fortemente o preconceito que acompanha a humanidade ao longo dos tempos.

Os estereótipos presentes no ideário da população não indígena remontam o indivíduo dos tempos da colonização europeia, ou seja, aquele que vive nu, se alimenta da caça e da pesca,

vive em moradias tradicionais feitas de palha e barro e, portanto, não são encontrados em espaços universitários. Percebe-se também um cenário de aceitação do preconceito por parte dos estudantes indígenas: “eu tenho problema de me relacionar com os colegas, mas acho que é porque eu sou indígena” ( Estudante indígena, 2022).

Apesar do confronto com a nova realidade, estes estudantes alimentam cada vez mais o desejo de estudar, de acessar o ensino superior e de se formar, haja vista o número cada vez maior de candidatos no processo seletivo do PIN. A cada ano são mais candidatos, e de terras indígenas dos mais diferentes cantos do país.

Resultado de uma política pública que deu certo ao possibilitar o acesso ao ensino superior, mas que ainda precisa avançar para promover a permanência destes estudantes para que só saiam da universidade formados e assim finalizar um percurso, o da formação e iniciar outro, o da atuação em suas comunidades ou nas suas vidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para pensarmos nas políticas públicas que abriam portas para os indígenas no ensino superior brasileiro, é preciso analisarmos paralelamente a história da educação superior e das instituições de ensino superior no país. Ambas criadas para as elites ainda guardam em suas estruturas resquícios desta natureza. Ainda que tenhamos avançado estes “resquícios” são responsáveis por muitas das dificuldades apresentadas por estes estudantes.

Avançamos no que diz respeito ao acesso, porém, ainda contamos com poucas vagas ofertadas. No Estado do Paraná são 23 comunidades indígenas, porém, o *Campus Realeza* tem hoje 15 estudantes indígenas com matrículas ativa dentre os quais apenas 4 são do estado.

A luta contra o preconceito é diária, vivemos em uma sociedade que ainda não evoluiu o suficiente para se reconhecer nas diferenças. Porém, o maior espaço dessa luta é a universidade, portanto, a presença destes estudantes é fundamental não só para eles como para a sociedade não indígena que precisa vencer a barreira do preconceito.

Dentre desafios, conforme já dissemos, manter estes estudantes no curso até o final é o maior deles, porém, buscar meios de preservação da cultura destas comunidades se faz também urgente, pois resguardar o patrimônio cultural dos povos indígenas é conservar a nossa própria história. Porém, é preciso compreender que preservar a cultura indígena não significar isolá-los num passado distante.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. Seção 1, p. 1, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Diversidade linguística indígena:** estratégias de preservação, salvaguarda e fortalecimento/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN, 2020.

PORLÁN, Rafael; MARTÍN, José. **El diario del profesor:** un recurso para la investigación en el aula. Sevilla: Díada, 1997.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. SEED, Curitiba, 2022. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=554>. Acesso em: dia mês ano.

SILVA, Carmen Lúcia. **Sobreviventes do extermínio:** uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Conselho Universitário. **Resolução nº 33/CONSUNI/UFFS/2013.** Instituir o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó. Conselho Universitário, 2013. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2013-0033>. Acesso em: dia mês ano.



**SEÇÃO III**  
**COM A PALAVRA AS/OS**  
**ESTUDANTES INDÍGENAS**

# O INGRESSO NA UFFS

Marcivaldo Cardoso Lopes

## IDENTIFICAÇÃO

**Wa'me-Nome:** Uhtarõ

**Pamu Bahuari Mahsa Kurua - Povo Indígena:** Uhtãpiroporã-Tuyuka **Comunidade/ Distrito/Cidade/País de nascimento:** Ñamañoa-Vila Nova (Kuhsá-Rio Tiquié), Mere Wãra Wií-Taracuá (Dia Pahsá-Rio Uaupés), Ña'pa - São Gabriel da Cachoeira/Brasil.

## O DIA A DIA ANTES DE ENTRAR NA UFFS

Antes de ingressar no curso de Administração, no *Campus Cerro Largo* da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, eu estava estudando na UFSCar no curso de mesma denominação do atual. Por dificuldade de acesso à *internet*, um dos principais requisitos ditados pela pandemia, e para poder frequentar o ensino remoto tive que estabelecer na cidade/município São Gabriel da Cachoeira; antes disso estava morando com meus pais no sítio ajudando-os, recém voltado de férias da UFSCar do curso de Engenharia de Computação; e, anteriormente, eu tinha saído do curso de Licenciatura em Educação Escolar Indígena até então ofertada pela Federal do Amazonas.

## O PROCESSO SELETIVO PARA ENTRAR NA UFFS

Foi uma experiência única e muito interessante. Percebi que apesar de parecer simples (sem necessariamente uma prova tradicional) requeria do candidato muito mais um histórico de vida de participação na comunidade, um perfil com propósito e que a formação pudesse de alguma forma complementar esse hiato na construção de competências e habilidades que o candidato precisasse como ferramental e conjunto de conhecimentos para viabilizar a implementação de suas ideias, ideias da comunidade e talvez até mesmo do povo da região.

## COMO ESTÁ SENDO ESTUDAR NA UFFS

É inegável que está sendo maravilhoso estar no meio de pessoas de cultura diferente, aprendendo a respeitar a história, que também são marcadas por dificuldades, e que no fundo as pessoas são pessoas, com sentimentos, sensibilidade e que não cabe a mim ou outra pessoa julgar certos pré-conceitos pois tudo é resultado de um processo mais complexo e que a mudança e melhorias são processos lentos. Não tenho ponto negativo, talvez algumas são mais a meu respeito do que da UFFS, porque considero que como pessoa consciente em processo

de aprendizado sou responsável tanto quanto qualquer pessoa na academia ou fora dela pelo gerenciamento e decisão sobre os aspectos negativos existentes no contexto de convivência. Prefiro enxergar os possíveis pontos a serem melhorados como questões que eu, como uma pessoa diferente, possa trabalhar para gerar mudança.

## OUTROS PONTOS QUE DESEJA ABORDAR

As experiências são únicas na vida das pessoas, a minha filosofia é que se eu tiver que elaborar algum conceito de certos assuntos, povos, costumes, hábitos, regiões, que seja a partir daquilo que posso garantir uma transmissão de conhecimento (científico ou não) com o máximo de realidade possível. Para evitar o pré-conceito e uma visão estereotipada das pessoas, dos povos. É porque vejo muito as pessoas falarem, saberem, conhecimentos a partir da perspectiva de outra pessoa, e não a partir da sua experiência. Assim como não gosto que alguém me julgue ou me diga para fazer isso ou aquilo sem me conhecer ou sequer conhece o lugar de onde vim, não quero ser eu quem serei a fazer ou a falar dos outros sem saber o mínimo da realidade.



# FILOSOFIA — 2015 — CAMPUS ERECHIM

LUCAS KARIRI — ETNIA XUKURU KARIRI

“Agente parente,  
Não fique isolado da sua cultura,  
Na selva de pedra  
Dessa vida dura  
Agente parente”<sup>6</sup>

Sou natural do Rio de Janeiro, pertencente à etnia indígena Xukuru Kariri, originária da região do município de Palmeira dos Índios – RJ e residente na aldeia pluriétnica Maracanã, no Rio de Janeiro até o ingresso na UFFS. Concluí o ensino médio pela certificação do Enem em 2013. Com a nota do Enem, entrei na UFFS pelo SISU, através das cotas, em 2015, para o curso de Filosofia.

Escolhi a UFFS pois além de atingir a nota para ingresso, tinha o desejo de sair do Rio de Janeiro e aproveitar o momento de cursar a faculdade para conhecer coisas novas, outros lugares, culturas e experiências. Aproveitar a oportunidade de ingressar na universidade para viajar e conhecer novas realidades que depois de formado e com vínculo empregatício ficaria mais difícil conseguir ter essa experiência. Gostei bastante da estrutura da UFFS e da grade curricular do curso de Filosofia. Sempre sonhei em ser professor de Filosofia do Ensino Médio. Até consegui nota para ingresso na UFRJ, mas preferi vir para a UFFS para vivenciar essa experiência de fazer o movimento de morar em um outro local, onde não conhecia ninguém, nem família, amigos, parentes, nem conhecia a região. Vi como uma oportunidade tanto pela questão do estudo, quanto de levar a música indígena contemporânea para outros lugares, fortalecendo a cultura e as tradições do povo Xukuru Kariri.

Foi uma experiência desafiadora vir para uma região sem conhecer ninguém, com clima e cultura tão diferentes. No início me senti um pouco deslocado, mas consegui estabelecer muitos vínculos, contei com o auxílio de colegas para superar os desafios de estar em uma cidade nova e especialmente de enfrentar o frio abaixo de zero, que nunca tinha experimentado antes. Além do frio e dos costumes diferentes, a alimentação também foi adaptada, pois nossa cultura utiliza muitas plantas e frutas que aqui não tem, como por exemplo o coqueiro e o jenipapo que aqui não tem como cultivar devido ao clima.

A universidade proporcionou um espaço de acolhimento, uma espécie de bolha de autocuidado entre os estudantes, o que contribuiu para enfrentar o preconceito e os ataques racistas sofridos. Quanto à adaptação em relação ao idioma, com o tempo foi se tornando mais fácil, mas ainda sinto dificuldade em alguns termos ou palavras específicas que não sei o que significam.

Sinto preocupação em manter minha língua de origem, como sou o único representante de minha etnia na instituição não tenho com quem praticar, conversar.

Gosto bastante de participar de ações e projetos na área cultural para poder divulgar a música e cultura do povo xukuru kariri. Outro aspecto relevante é o engajamento político e cultural em torno da universidade. Como representante da etnia no *Campus Erechim*, procuro fazer uma ponte de articulação entre o meu povo e a região, fortalecendo o movimento indígena

6 Trecho da música “Agente parente” de autoria de Lucas Kariri, 2021.

no sul do país. Por esse envolvimento, aceitei fazer parte da comissão local do PIN do *Campus Erechim*, como representante do coletivo indígena indicado pelo DCE.

Faço parte também da Articulação Indígena UDPJ, como uma das lideranças desta organização indígena em prol da união dos povos/etnias para o fortalecimento da luta pelas causas indígenas e prestando um serviço assistencial às aldeias e indígenas em vulnerabilidade.

Sempre tive o sonho de ser professor, mas com a pandemia, precisei ficar dois anos afastado da universidade, e nesse tempo, a música acabou assumindo um papel principal. Mesmo assim, pretendo me formar em Filosofia e seguir aproveitando as oportunidades de trabalhar com a música, que é algo que eu gosto muito, e levando a cultura do meu povo para muitos lugares. Isso fez também com que eu mudasse o foco do meu TCC, que no início tratava sobre epistemologia decolonial e agora recomencei a escrita tendo como foco a minha música e as referências indígenas que estão contidas nela, tratando sobre as mesmas questões epistemológicas, mas trazendo uma base autoral de construção que vem da obra musical que eu lancei. Como planos para o futuro, pretendo seguir aproveitando as oportunidades e conquistar mais espaço na carreira da música. Penso em voltar para a aldeia em algum momento, mas também em conquistar novos caminhos para inserção profissional na área cultural através da música.

# INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA NATUREZA – LICENCIATURA - 2015 - CAMPUS ERECHIM

MARCOS TIGGO MALAQUIAS – ETNIA KAINGANG

## CAMPUS ERECHIM

*ã êkrén ki rir nî, ky ser ã nén û ki rir ny ki jã kej mû<sup>7</sup>*

Sou natural de São Valentim, Rio Grande do Sul, pertencente à etnia indígena Kaingang, e resido na terra indígena, em Cacique Doble - RS. Conclui o ensino médio na Escola Estadual de Educação Básica Sylvio Dal Moro, em 2003, no município de Cacique Doble - RS. Entrei na UFFS em 2015 pelo processo seletivo especial para o curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Licenciatura.

Escolhi a UFFS porque é uma universidade pública e fica aqui na região, próxima da aldeia. Também tinha outros parentes que estudavam e falavam bem da universidade.

Sempre sonhei em ser professor e o curso de Educação do campo é extremamente importante para todos, não só para indígenas, mas também para camponeses, quilombolas, para agregar mais conhecimento e poder trazer para a comunidade tudo o que se aprende no curso e poder aplicar.

A adaptação no curso começou muito tranquila, com receptividade dos colegas e professores, até começar a pandemia. Foi um momento de muita dificuldade para mim, em todos os sentidos, um tempo de muitas perdas de parentes, inclusive a perda de um irmão que estudava comigo na universidade. Tudo isso tornou bastante difícil a retomada dos estudos, retomar o ânimo e concentração para estudar. Fui vendo outros colegas se formando e eu fiquei com o sentimento de que estava ficando para trás, o desânimo foi tomando conta e eu sentia muita dificuldade de voltar a estudar. Com a pandemia me perdi e não conseguia mais me concentrar, não conseguia ler os textos, foi um momento bem difícil.

Agora estou começando novamente, tentando seguir adiante, pois só falta o TCC para concluir o curso, mas a fase da escrita é bastante desafiadora. Para mim está sendo bem importante contar com a ajuda do apoio pedagógico neste momento, para ter uma orientação, ter com quem conversar e saber que tem com quem contar na universidade, para um apoio, uma palavra de ânimo, uma ajuda.

Não é a mesma coisa que procurar um ou outro professor para tirar dúvidas do que ter esse acompanhamento e essas orientações para o estudo, inclusive a participação no curso sobre Aprendizagem e Memória foi bem importante, para dar dicas sobre técnicas de leitura, concentração e memória, dicas para estudar. A concentração é a coisa mais importante para se atingir o objetivo.

<sup>7</sup> Mensagem do estudante em Kaingang, que significa “Acredite nos seus sonhos e busque seus objetivos”.

O meu objetivo é terminar o TCC o mais rápido possível e acredito que agora, depois do curso e dos atendimentos, vou conseguir concluir o TCC e me formar no início do próximo ano. A demora em me formar gera uma angústia e perdas de oportunidades profissionais, já que na escola da minha localidade estão contratando professores na área da Biologia e estou em primeiro lugar na banca, então não quero ficar travado, perdendo tempo, quero me formar e seguir com as oportunidades de trabalho que o curso vai me proporcionar.

Gosto muito de ser professor, é meu sonho. Fui professor das séries iniciais por cinco anos e gosto mais ainda de atuar na área da Biologia, fazer pesquisas, ir a campo, fazer aulas de estudo para sair com os alunos e conhecer a própria região da área indígena, os limites, rios, matas e valorizar a preservação e o cuidado com a natureza.

Muitos estudantes também precisam de apoio, pois a pandemia afetou a todos, alguns sentem mais, outros menos, eu senti bastante e procurei a ajuda do apoio pedagógico, mas muitos colegas ainda não se sentem à vontade para pedir ajuda. É muito importante poder contar com o trabalho da comissão local do PIN. Para mim o apoio pedagógico foi fundamental para recomeçar, e por isso agradeço por toda a ajuda.

# DA EDUCAÇÃO INFANTIL À CONQUISTA DE UM MESTRADO

Viviane Kellen Vygte Barão

Sou indígena da etnia Kaingang, tenho 25 anos e vou contar um pouco de minha trajetória escolar, acadêmica e profissional com relação à educação escolar indígena. Posso dizer que minha infância foi ótima, morava e sempre morei na Terra indígena Rio das Cobras – PR, na aldeia Sede. Era uma criança tranquila, pois tinha toda a natureza e o tempo livre para brincar. Meus pais sempre me deixaram livre para aproveitar minha infância. Desde que nasci sempre falei na minha língua materna: a língua indígena Kaingang.

No ano de 2000, aos 4 anos entrei na escola pública estadual indígena onde tive o contato direto com a minha segunda língua: o português e sempre tive certa dificuldade de me expressar na minha segunda língua devido ao fato de ser mais fluente na minha língua materna Kaingang. Mas, isso não impediu que eu continuasse minha vida acadêmica e profissional na educação. Até os anos 2000 não tínhamos muito acesso aos meios de comunicação que se tem hoje e acredito que isso também dificultou meu acesso à minha segunda língua. Assim, estudei na escola indígena do pré-escolar até a conclusão do Ensino Médio.

No ano de 2006, quando estava para completar 10 anos, devido a conflitos internos na comunidade, minha família foi obrigada a deixar a Terra Indígena Rio das Cobras, e fomos morar em Curitiba, numa aldeia urbana que estava em construção. Porém, o local estava em uma situação bem precária na época. Na capital comecei a frequentar a escola não indígena e sentia muita dificuldade de me expressar na língua portuguesa e de interagir com colegas não indígenas, às vezes chorava para não ir à escola, pois me sentia deslocada, dentro de uma cultura que não era a minha. Era uma realidade totalmente diferente da minha realidade indígena, e não conseguia me acostumar. De Curitiba fomos para a Terra Indígena Mangueirinha, ali completei a 4ª série do ensino fundamental. Meses depois, conseguimos voltar para minha terra natal, a Terra Indígena Rio das Cobras, e já estava estudando na 5ª série.

Concluí o ensino fundamental com 13 anos de idade, e em 2010 ingressei no ensino médio, porém ainda não tínhamos acesso aos meios de comunicação e ainda sentia dificuldade na minha segunda língua. Mas desde que comecei o ensino médio, sempre tive em minha mente, a intenção de frequentar uma universidade, pois desde criança gostava muito de escrever em português, apesar de não falar muito em português.

Em 2014 entrei na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Laranjeiras do Sul*. Foi uma grande oportunidade que apareceu em minha vida, pois pela primeira vez, como indígena, estava conquistando o meu espaço numa universidade federal perto da minha aldeia. Além disso, fui uma das primeiras indígenas Kaingang do Paraná a entrar na UFFS *Campus Laranjeiras do Sul* desde sua construção. Assim, em Janeiro de 2014 iniciei a graduação: Interdisciplinar em Educação do campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, e concluí o curso em 2018. Essa graduação funcionava por meio do regime de alternância, o que contribuiu para que eu permanesse na universidade também. Nós indígenas sentimos muita dificuldade

para permanecer nas universidades devido a nossa língua materna, a cultura diferente, falta de condição financeira, por preconceito e discriminação. Além disso, muitas vezes os educadores não indígenas também sentiam a dificuldade de lidar com os acadêmicos indígenas, pois alguns educadores não compreendiam a realidade de um indígena e sua forma de aprendizagem. Por essas razões também tive muita dificuldade no meio acadêmico, mas também havia professores que compreendiam nós acadêmicos indígenas e muitos nos ajudaram, assim como também havia aqueles educadores não indígenas que não entendiam a nossa dificuldade.

Entretanto, consegui fazer minha tão sonhada colação de grau, minha formatura, em fevereiro de 2018, graças ao auxílio da Bolsa Permanência, que é um Programa criado pelo Ministério da Educação que concede bolsas para estudantes indígenas permanecerem na graduação de instituições federais de ensino superior. Essa bolsa é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas. Esse programa foi de extrema importância, pois, desde que comecei a faculdade não tinha condições financeiras para me manter dentro da universidade. Nesse sentido, o Programa Bolsa Permanência (PBP) é uma ação do governo federal que concede auxílio financeiro no valor de R\$900,00 para estudante que seja indígena ou de origem quilombola, que permite e mantém a permanência dos povos indígenas em universidades.

Além disso, eu tive professores que me ajudaram a enfrentar minhas dificuldades dentro da universidade e sempre serei grata a esses educadores da UFFS *Campus* Laranjeiras do Sul, porque também foi a primeira universidade que abriu as portas e deu grande oportunidade para o povo indígena e continua assim até hoje. Logo graduada, ainda em fevereiro, já comecei a trabalhar em duas escolas indígenas localizadas em duas aldeias diferentes: na Aldeia Campo do Dia (aldeia dos Kaingang) no Colégio Estadual Indígena Feg Prág e na Aldeia Rio da Lebre (aldeia dos Guarani) no Colégio Estadual Indígena Carlos Alberto Cabreira Machado. Estas duas aldeias pertencem à Terra Indígena Rio das Cobras, no município de Nova Laranjeiras/PR.

Quando eu estudava na escola indígena já sabia das minhas dificuldades e a dos demais alunos indígenas, mas além disso, sabia das metodologias de professores não indígenas que muitas vezes não contribuía na aprendizagem dos indígenas não levando em conta a sua realidade. Então sabendo disso, quando retornei graduada para minha comunidade indígena, procurei e ainda procuro, fazer um trabalho diferenciado, e como indígena entendo melhor a realidade indígena e do tipo de ensino/aprendizagem que meu povo necessita. Visto que há muito tempo nós indígenas lutamos por uma educação escolar indígena bilíngue, intercultural e diferenciada, uma escola indígena voltada para nossa realidade. Esta tão sonhada escola indígena diferenciada que ainda não está totalmente em vigor, pois dos 100% dos professores que trabalham nas escolas indígenas da Terra Indígena Rio das Cobras aproximadamente 20% são professores indígenas e desses 20% a maioria não tem formação superior.

No ano de 2019 ingressei no Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, também na Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Laranjeiras do Sul, por meio de um processo seletivo com duas vagas para indígenas. Nesse curso também enfrentei muitas dificuldades, pois, trabalhar e estudar ao mesmo tempo foi complicado e muitas vezes não conseguia dar conta dos trabalhos do mestrado. Logo no início tentei desistir por causa dessa dificuldade que mencionei, porém, vários professores da universidade me aconselharam

a não desistir por que estava abrindo as portas para muitos indígenas terem oportunidade no mestrado. Mas, na metade de 2020 acabei trancando o curso de mestrado devido às dificuldades enfrentadas, porém, na metade de 2021 voltei para o curso.

Durante o período do mestrado, também recebi um auxílio financeiro, disponibilizado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, para os estudantes ingressantes na pós-graduação por meio da reserva de vagas previstas no PIN. Esse Auxílio auxilia na permanência e formação e é de grande importância para nós povos indígenas dentro da universidade.

O auxílio me ajudou muito, principalmente no gasto com combustível com carro próprio e na alimentação, pois, para frequentar as aulas do mestrado eu necessitava me deslocar do trabalho para a UFFS e da universidade para o meu trabalho na escola. Eram muitas viagens de ida e volta para as aulas do mestrado, quase todos os dias. E o salário que eu recebia como professora era pouco, porque quando voltei a frequentar as aulas de mestrado me vi obrigada a abandonar muitas aulas na escola onde trabalho para me dedicar um pouco mais do que antes, e nesse sentido o auxílio financeiro foi de grande importância na minha vida acadêmica.

Em agosto de 2022, finalmente consegui defender a minha dissertação, e todos os esforços valeram muito a pena. Grandes conhecimentos foram adquiridos nessa caminhada acadêmica. Eu só tenho a agradecer a Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Laranjeiras do Sul pelo acolhimento e pelos auxílios, que possibilitaram a minha permanência e de outros indígenas também na UFFS. Universidade esta que continua abrindo as portas para os povos indígenas.

# MINHA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Joice Batista

Sou acadêmica indígena da UFFS - Campus Chapecó, ingressei no ano de 2015 no curso de Pedagogia, por meio do processo seletivo exclusivo para os povos indígenas e ainda estou cursando, como provável formanda de 2023. Sou Kaingang e minha família é da Terra Indígena Xapecó, município de Ipuacu (SC).

Venho através deste relato falar sobre minha experiência, tanto positiva quanto negativa, no decorrer desta caminhada acadêmica. Primeiramente gostaria de relatar minha experiência ao chegar na universidade. Meu primeiro ano foi bastante difícil, passei por momentos desagradáveis como racismo e exclusão. Não tive uma recepção agradável, não sabia transitar pelos espaços do Campus e nem tinha acesso à biblioteca e RU (restaurante universitário). Devido a esse cenário, abandonei o curso e parei de frequentar a universidade. Um ano depois, a Professora Dulce Franceschini, coordenadora da comissão local do PIN, entrou em contato comigo via e-mail, resgatando os estudantes indígenas com a proposta de cursar disciplinas do Domínio Comum em turmas específicas para os alunos indígenas, onde estes se conhecem e se ajudam para tornar mais agradável a permanência na universidade. Embora eu estivesse sem receber bolsa ou auxílio devido ao abandono do curso, só o fato de haver uma disciplina onde podia estar com amigos e irmãos, já foi suficiente para que eu voltasse a estudar, mesmo não tendo ajuda financeira. Após um semestre cursando as disciplinas do PIN e tendo um bom rendimento, minha bolsa foi reativada e aos poucos fui me inserindo novamente nas turmas do meu curso. Desta vez já fui recebida de forma mais amigável, conheci pessoas com o coração mais aberto e que também me auxiliaram no decorrer das disciplinas específicas. Alguns anos depois, recebi um e-mail me alertando sobre um processo de jubilação, devido ao tempo que estava na universidade. Mas, graças ao meu bom rendimento, a ajuda do PIN e ao auxílio que tenho recebido da coordenação do meu curso, estou na reta final do curso de Pedagogia, tendo concluído todos meus estágios com êxito e passando pelo desafio de escrever meu Trabalho de conclusão de curso (TCC).

Sou grata aos meus colegas indígenas e a professora Dulce por nos proporcionar essa oportunidade de chegar na universidade, ser acolhida, ter o apoio de outros indígenas, e por me resgatar!



# EXPERIÊNCIAS NA UFFS - CAMPUS CHAPECÓ

Indiamara Paliano

Pertenço à T.I Xaçecó, município de Ipuacu/SC, da etnia Kaingang, sou graduanda da 8ª fase do curso de Letras: Português e Espanhol. Ingressei na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - *Campus* Chapecó, em 2017, no curso de Engenharia Ambiental e, em 2019.2, fiz transferência interna para o curso atual.

Os primeiros anos na universidade foram de muitos desafios, pois sempre morei na comunidade indígena com minha família e nunca tinha ficado tanto tempo longe de meus pais. Esse foi um dos maiores desafios. No curso que ingressei, eu era a única indígena e sofria muito, principalmente quando os professores pediam para fazer trabalho em grupo, mas mesmo assim não neguei minhas origens, sempre tive orgulho de falar de onde vim e o povo a quem pertenço. A sociedade tem uma imagem distorcida de nossa realidade, somos tratados como o povo atrasado, burro e preguiçoso. Muitas vezes pensei em desistir, mas cada vez que pensava nisso, lembrava da minha família e das pessoas da minha comunidade que estavam torcendo por mim.

Apesar desses acontecimentos, houve momentos bons. Comecei a fazer algumas disciplinas em turmas especiais do PIN somente com alunos indígenas e isso ajudou muito, pois estávamos juntos compartilhando as mesmas experiências, as mesmas dificuldades e ajudando uns aos outros, e isso ajudou em minha permanência. Muitos docentes tiveram um papel importantíssimo, em especial a Professora Dra. Dulce do Carmo Franceschini, que nunca mediu esforços para nos ajudar. Aos poucos fui me adaptando e a UFFS se tornou minha segunda casa, aprendi e aprendo muito a cada dia.

Todos os desafios que enfrentei me tornaram mais forte, foram combustível para me fazer avançar. Tive a oportunidade de mostrar para as pessoas que não somos um povo atrasado e que temos todo o direito de estar em uma universidade e temos capacidade para isso. Agora, chegando quase na reta final, sinto-me orgulhosa por não ter desistido, se tivesse o feito, não teria tido tantas experiências extraordinárias, tanto conhecimento que tive a oportunidade de adquirir.

# MINHA EXPERIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Jandir Francisco

Sou da etnia Kaingang, graduando do curso de Letras: Português e Espanhol pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *Campus* Chapecó, estou na 8ª fase do curso. Faço parte do Programa Residência Pedagógica – PRP. Moro na T.I Nonoai – Aldeia Indígena Bananeiras, localizada no município de Gramado dos Loureiros, no Rio Grande do Sul.

Em 2016, fui aprovado no Processo Seletivo Exclusivo do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas - PIN, para o curso de Ciências Sociais no Campus Erechim. Na 5ª fase do curso, tive problemas pessoais, e resolvi trancar o curso por um semestre.

Durante o semestre que parei, analisei e refleti... Resolvi, então, trocar de curso e ingressei, por meio de transferência interna, no curso de Letras: Português e Espanhol, no *campus* Chapecó/SC, no semestre 2019.1. Para mim, não foi um tempo perdido trocar de curso, pois adquirir novos conhecimentos e experiência. O curso de Letras está abrindo novos horizontes para mim e estou adquirindo novos conhecimentos, o que é importante para a minha formação profissional.

Vim aqui contar um pouco da minha experiência durante a graduação. Primeiramente, gostaria de falar sobre o porquê da minha escolha do curso. Escolhi o curso de Letras: Português e Espanhol, para buscar novos conhecimentos na academia, a fim de transmitir esses conhecimentos adquiridos em minha aldeia e também fora dela.

No início da minha graduação, foi um pouco complicado, porque não existiam as turmas do PIN no campus de Erechim/RS, onde eu ingressei para o curso de Ciências Sociais. Isso foi um desafio para mim. Mas quando cheguei de transferência interna no *Campus* Chapecó, já havia as turmas PIN, o que foi essencial e fundamental para me ambientar melhor na universidade. Essas turmas do PIN deveriam existir em todos os *campi* da UFFS, para que todos os estudantes indígenas que vêm de outras regiões do Brasil se ambientassem melhor no contexto universitário. Assim, não teríamos muita evasão dos alunos indígenas em nossa Universidade.

A minha permanência no Ensino Superior foi graças o Programa Bolsa Permanência e também o Auxílio PIN, que agora mudou para Auxílio APPIQ – Auxílio Permanência a Povos Indígenas, fornecido pela UFFS, pois sem recursos financeiros é impossível frequentar um curso de graduação.

A maior dificuldade que enfrentei ao longo da graduação foram as viagens de 2 horas de ônibus de minha Aldeia até a Universidade, que além de serem caras nos deixam exaustos. Então, seria importante que a Universidade fornecesse um lugar para acomodar os alunos indígenas que vêm de outras regiões do Brasil.

Em relação à aprendizagem durante a minha graduação, está sendo satisfatória. Todos os professores são excelentes profissionais. Eles se preocupam com a nossa aprendizagem, são eles que estão preparando os futuros profissionais, mas nós também temos que fazer a nossa parte.

Vejo muitos dos meus colegas indígenas ficando no meio do caminho, pois alguns não conseguiram esses auxílios financeiros para se manter na Universidade ou tiveram dificuldade em acompanhar as aulas. Isso me deixa muito triste, porque precisamos que eles permaneçam.

Queremos que os futuros universitários indígenas não desistam no meio do caminho, porque no começo é difícil, mas temos que estar sempre preparados para superar as dificuldades e obstáculos que possamos encontrar ao longo da caminhada. Se tiverem dificuldade de compreender sobre um assunto que está sendo abordado, pergunte, não deixe a dúvida para depois.

Na pandemia foi um pouco difícil, porque as aulas eram remotas, muitas vezes a conexão de internet não ajudava. Mas consegui acompanhar todas as aulas. Foi uma experiência nova para mim. Aprendi coisas novas ao longo da minha caminhada até aqui.

Então, esse foi um breve relato sobre a minha experiência no Ensino Superior. Desejo aos futuros acadêmicos indígenas que sejam bem-vindos à nossa Universidade Pública e Gratuita e de ensino de qualidade. A Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS está esperando vocês de portas abertas. Venham fazer parte dessa história! Vamos pintar o espaço da academia com a marca indígena!

# O ENSINO SUPERIOR: CAMINHO PARA A TRANSFORMAÇÃO DA MINHA VIDA

Angelita Claudino

Sou indígena da terra indígena Serrinha, município de Ronda Alta no Rio Grande do Sul, e acadêmica do curso de Nutrição da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *Campus Realeza*, desde 2016. Minha história pode ser a mesma de muitos parentes. Porém, vivo as dificuldades e os sonhos do meu povo. Sonho de uma vida melhor, de ser livre para viver a nossa cultura e viver no meu pedaço do mundo, ser livre para conhecer outros lugares e outras culturas.

Nunca foi meu sonho fazer um curso superior, ou melhor, nunca imaginei que fosse possível para mim. Trabalhava como empregada doméstica durante o dia e a noite eu estudava na EJA, porque o meu objetivo era somente terminar o ensino médio, apenas ter um conhecimento básico para conviver na sociedade. Quanto a prática metodológica, era bem diferente, não aprendi muita coisa, as condições da escola eram bem simples e a língua portuguesa era o meu maior problema, ainda é rsrs. Minhas dificuldades também eram como ligar um computador, não era um objeto que normalmente conhecia, sendo assim, não fiz questão de aprender a usar o computador.

Quando abriu o processo seletivo do PIN na UFFS, minha sobrinha foi a maior incentivadora, foi ela quem fez a minha inscrição, e quando me dei conta, precisava me mudar para o Paraná. Uma mudança tão repentina e difícil. Mas deixar a minha família e chegar em lugar desconhecido, foi muito mais difícil e desafiador, é claro que pensei em desistir. Aliás, por várias vezes pensei em desistir, pois descobri que não era somente eu que não estava preparada para a universidade, mas a universidade também não estava preparada pra mim.

Minha vida mudou muito desde que cheguei na Universidade, não sinto falta da vida que eu tinha, pois não tinha emprego, eu fazia artesanato para vender, e isso não foi o suficiente para manter minha família, era humilhações constantes, porque o artesanato é desvalorizado e tinha o preço muito baixo. Então entendi que a universidade me permitiu um conhecimento mais amplo, é uma pena que as pessoas só vejam o estudo como uma renda maior, como ter muito dinheiro, é claro que ajuda, mas nem tudo é dinheiro.

Confesso que nos primeiros dias nos espaços da universidade me sentia bem deslocada, não foi nada fácil, e o medo de não acompanhar o ritmo acadêmico ou não compreender os conteúdos eram constantes.

Na universidade o desafio de ser indígena se torna muito, mas muito mais difícil do que se imagina, o preconceito é o maior de todos, o pensamento é que o indígena não sabe de nada, não aprende nada, o que ele pensa que está fazendo aqui e como que deixaram estar aqui. É claro que não parou por aí. Tive dificuldade em fazer trabalhos em grupos, ninguém queria fazer trabalho com uma indígena, precisei me enfiar nos grupos, pois nunca era chamada. Mas com o tempo veio as mudanças. Hoje em dia quando eu respondo uma pergunta que a professora faz na aula, os colegas se surpreendem. Mas ainda o preconceito me dá medo, afinal, passar por tudo que passei e não poder exercer a minha profissão, só por ser indígena me dá medo. Mas o meu objetivo é trabalhar com o meu povo, na saúde do meu povo e para isso é preciso que se

conheça a fundo as dificuldades da comunidade, por isso é importante que nós indígenas nos formemos na universidade.

A UFFS nos dá a oportunidade de estudar, mas também para mostrar que nós indígenas, não somos apenas indígenas do século passado e dos livros de história que contam. E que mudamos contra a nossa vontade, mas mudamos para enfrentar o mundo e também para abrir as portas do mundo.

Por isso preciso me formar para incentivar outros indígenas que estão começando sua vida acadêmicas em todas as Universidades principalmente nos campi da UFFS, mas para isso acontecer é preciso estudar muito para ser uma nutricionista melhor em sua carreira profissional, porque nada é impossível para quem tem objetivo. Estudar em uma universidade federal é um sonho de qualquer pessoa. E hoje posso dizer que o povo indígena é capaz de fazer qualquer curso superior, porque as Universidades estão abertas e disponibilizando vagas para indígenas, e que cursar o ensino superior é nosso direito, por isso devemos aproveitar essas oportunidades de sermos nutricionistas, médicos, professores etc...

Não podemos continuar sendo aquelas pessoas que foram desprezados por não saber se defender quando éramos discriminados, porque muitas vezes eles não sabiam se expressar corretamente, por não ter estudo suficiente, nem todos os indígenas tiveram uma oportunidade de estudar porque trabalham para ajudar os pais a manter o sustento da sua família.

O artesanato é uma renda extra para este povo, porque é uma cultura que é passado de geração para geração. Desde os nossos antepassados as culturas vêm sendo preservadas, isso também é uma tradição do povo, para que este costume não se perca nos dias atuais em que vivemos.

Conforme as mudanças do povo, grande parte das culturas podem se perder, porque nos dias atuais em que vivemos, as tecnologias estão bem expressivas e avançadas em qualquer parte do mundo. Enquanto aumenta a tecnologia em algumas aldeias as nossas crianças estão mais propensas a esquecer das culturas indígenas.

O curso superior não faz com que sejamos diferentes de outros indígenas. Nosso dever é ajudar as pessoas da nossa comunidade a partir do aprendizado que tivemos. A persistência em dar continuidade é pela necessidade de contribuir positivamente com as melhorias dentro das comunidades de origem em prol das atividades num universo mais amplo, podendo levar conhecimento científico para somar com as experiências do cotidiano. Acredito que os estudos como o meu, ainda que preliminares, contribuem para a discussão sobre a importância das políticas educacionais voltadas para os povos indígenas, especialmente no campo da efetivação dos direitos adquiridos.

# MEU INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

Jackson Menezes de Araújo

Sou estudante indígena no curso de medicina na Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul. Faço parte da comunidade indígena Mundurucu, que encontra-se no município de Altamira, Estado do Pará, na localidade conhecida como Terra do Meio, na região Pedra Preta. Sou estudante indígena cidadão e minha relação com a educação básica iniciou-se em 2006, quando comecei cursando a 1º série/2º ano do ensino fundamental. É válido ressaltar que, apesar dos meus pais terem escolaridade do ensino fundamental incompleto, eles sempre me estimularam a estudar, pois entendem que a educação é a única arma transformadora para mudar nossa realidade. Quando concluí o ensino médio, em 2016, estava convicto de que o meu curso de escolha seria medicina, entretanto, como tinha uma base escolar fraca e não tinha dinheiro para pagar um cursinho vestibular de qualidade, não consegui passar no desejado curso pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Porém, em 2020, eu passei no curso de enfermagem em uma universidade pública do Estado do Mato Grosso e fui cursar, insatisfeito, por não ser o curso desejado. Então, eu continuei estudando para fazer a prova do Enem, e, em 2021, fui convocado na sexta chamada do processo seletivo SISU 2021.1 na cota de indígena para cursar medicina na UFFS - *Campus* Passo Fundo. Quando cheguei em Passo Fundo me dirigi até a UFFS para efetivar a matrícula e fui bem assistido pelos servidores públicos. Com o pouco de dinheiro que tinha no bolso, aluguei um apartamento e comprei algumas comidas. Como não tinha cama, fiquei meses dormindo no chão frio devido ao inverno gaúcho. Mas, fui bem acolhido pela assistente social do Setor de Assuntos Estudantil (SAE) do *Campus*, que rapidamente me inscreveu no auxílio de vulnerabilidade socioeconômico destinado à permanência dos povos indígenas denominado auxílio PIN, e logo no mês seguinte, já comecei a receber a ajuda financeira, que depois foi substituído para o Programa Bolsa Permanência (PBP) do Ministério da Educação. Esse auxílio financeiro foi crucial para minha permanência no curso, pois, sem essa ajuda, seria inviável para meu pai, que é pedreiro, e minha mãe dona de casa, pagarem minhas despesas mensais. Outro fator importante a ser relatado é que todas as universidades precisam combater os atos racistas praticados contra os indígenas como o que eu sofri no dia 02 de junho de 2022 no Restaurante Universitário do *Campus*, quando fui almoçar, no qual, uma funcionária branca referiu-se a mim como “negrinho”. Entretanto, diante do fato ocorrido e das oitivas das partes, a gestão do *Campus* Passo Fundo entendeu que a funcionária não tinha intenção ofensiva e orientou eu a usar crachá com nome visível, para não sofrer atos racistas, mostrando assim, o despreparo do *Campus* no combate ao racismo.

# MESMO QUE O CAMINHO SEJA DOLOROSO, TEMOS QUE PERCORRÊ-LO

Samira Cabral

A minha trajetória na Universidade Pública iniciou há 5 anos, por meio da política de cotas. Sou nordestina, indígena, nascida na aldeia Vila de Cimbres. Durante esses 5 anos, me deparei com muitas questões relacionadas a ser “indígena”, visto que as minhas características físicas destoam completamente da visão de “Índio” que foi criada pelos colonizadores e que estão tão enraizadas na nossa sociedade. Diversas vezes tive que explicar e detalhar toda a minha descendência, chegando até a ter que ensinar sobre coisas tão básicas e que todos deveriam ter conhecimento e consciência, como por exemplo, as consequências de 500 anos de colonização e perseguição a um povo. Durante muito tempo isso me irritou profundamente, mas depois eu entendi que esse é exatamente o motivo pelo qual a política de cotas é tão importante para nossa sociedade, porque ela implica não só em uma reparação de direitos, mas também, em uma mudança de concepções e quebra de estereótipos. E este é motivo pelo qual aceitei escrever esse texto, pela importância de ocuparmos esse espaço e contarmos nossa história.

O caminho que temos que trilhar não é fácil e reconheço que para muitos de nós, ele é ainda mais difícil. Durante o curso eu me deparei diversas vezes com o racismo, com a xenofobia e com a intolerância, vi esses atos sendo cometidos por pessoas que eu admirava, como professores e até mesmo amigos. Esses atos geraram em mim muita dor e principalmente medo. Medo de me identificar, medo de falar sobre as minhas origens, sobre as minhas crenças. Medo de ser perseguida, medo de ser tratada diferente dos meus colegas. MEDO. Não vou dizer que superei e que isso ficou para trás, esses sentimentos ainda estão presentes dentro de mim, mas no mesmo lugar em que eles foram reforçados, encontrei muitas pessoas que fizeram eles diminuírem.

Encontrei na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, muitas pessoas que estavam abertas a me ouvir, compreender a minha história, rever os seus “achismos” e respeitar as minhas origens. Essas pessoas foram, e são, sem nenhuma dúvida, imprescindíveis para que eu estivesse aqui, hoje, há exatos 365 dias para minha formatura. O caminho é árduo, doloroso, mas nós temos que percorrê-lo e nós temos que ocupar os nossos lugares. Por isso, estou aqui, enfrentando os meus medos e escrevendo esse texto, para que vocês, alunos indígenas, saibam que esse caminho pode ser trilhado e que durante essa caminhada vocês terão que ser fortes e lutar muito, da forma que puderem, mas que também poderão encontrar pessoas que os ajudem a ser mais leve. Sejam indígenas com diploma, ocupem cargos importantes, usem o celular que quiserem, comprem o carro que quiserem e ocupem o lugar que quiserem. Aos demais, espero que compreendam que quando um aluno não se sente confortável para falar sobre suas origens e crenças é porque há algo de muito errado com o local que ele está inserido, e é dever de todos nós, como sociedade, contribuir para que os erros do passado não se perpetuem.

